

REDE INTERAMERICANA PARA A DEMOCRACIA

**ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
NA AMÉRICA LATINA
2005**



Relatório Regional



Fundación de Investigaciones
Económicas y Sociales



**PARTNERS
OF THE AMERICAS**

Buenos Aires, Setembro - 2005

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
1. FATORES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA REGIÃO	5
2. ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	23
2.1. Resultados 2005. Níveis globais de participação	23
2.2. Tipos de participação	31
2.2.a. Participação direta.	32
2.2.b. Participação de opinião.	50
2.2.c. Participação eleitoral.	54
3. SIGNIFICADO E MOTIVOS DE PARTICIPAÇÃO	60
4. DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	63
COMENTÁRIOS FINAIS	67
BIBLIOGRAFIA	68

APRESENTAÇÃO

A elaboração de um Índice de Participação Cidadã (IPC) é um dos projetos centrais da Rede Interamericana para a Democracia (RID). Trata-se de um instrumento orientado à avaliação periódica e sistemática dos âmbitos e níveis de participação cidadã na Região e em alguns dos países que participam da Iniciativa. O projeto começou a ser desenvolvido no Chile no ano 2003, estendeu-se no ano 2004 a sete países da América Latina e alcança neste ano 2005 a oito países -Argentina, Peru, México, Republica Dominicana, Costa Rica, Brasil, Chile e Bolívia-, com importantes inovações metodológicas que o convertem em um ponto de partida para uma estratégia de implementação ao resto dos países da Rede.

O propósito deste primeiro Relatório Regional é uma primeira apresentação dos resultados correspondentes ao ano 2005. Oferece uma base para a análise de seus resultados por parte das organizações da RID e a realização de uma série de debates e seminários destinados a avaliar as dimensões atuais da participação cidadã nos países da Região.

Mais do que um produto acabado, o presente relatório oferece um primeiro resultado para a análise, o debate e a elaboração de conclusões, através da participação e o esforço mancomunado dos especialistas e, principalmente, as organizações que compõem a RID.

A versão correspondente ao ano 2005 do IPC 2005 é o resultado de um trabalho com poucos antecedentes em estudos sociais regionais destas características. A coordenação geral esteve a cargo da Secretária Executiva da Rede Interamericana para a Democracia e de seu titular Gustavo Gamallo, com a colaboração do Mariana Acerbo. A implementação¹, da medição centralizada nos

¹ A diferença da edição 2005, a experiência 2004 se realizou em forma descentralizada em cada um dos países participantes. Em conseqüência, os critérios utilizados no relevamiento dependeram naquela

países da região esteve a cargo de uma equipe de pesquisadores da Fundação de Pesquisas Econômicas e Sociais (FINS), sob a coordenação do Enrique Zuleta Puceiro. A direção dos diversos aspectos da tarefa correspondeu a Isidro Adúriz e Pablo Ava. O modelo estatístico esteve a cargo de Said Boufatis. Julieta Szterenlich e Macarena Morales contribuíram à preparação dos relatórios setoriais. O trabalho de campo, centralizado de Buenos Aires, realizou-se a partir da plataforma Telefônica e o sistema CATI da Fundação FINES, sob a direção geral do Gustavo Di Lorenzo e a organização logística que coordenou Agustina Lombardi.

Durante diversos momentos da pesquisa se contou com o conselho e a opinião de diversas organizações da RID e especialistas na temática da participação cidadã na Região. Foram especialmente importantes as sugestões e comentários recebidos de organizações, como GADIS -em particular Elida Cecconi- e CONSCIÊNCIA, em particular Silvia Callegaro de Guardé.

oportunidade de quem teve a seu cargo o relevamiento. Na presente edição, a medição se fez centralizada de uma única sede, estabelecendo padrões unificados na metodologia de relevamiento e tratamento da informação. Para ampliar informação se pode consultar *Lineamientos conceptuales y metodológicos para la implementación de un Índice de Participación Ciudadana en América Latina*, documento de trabalho da RID.

1. FATORES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA REGIÃO

O interesse pelos processos de participação social e suas implicações sobre a cultura, a economia, a política e o desenvolvimento humano é hoje um dos temas centrais na nova agenda da democracia na Região. Em um contexto de crise das instituições e demandas sociais crescentes, a emergência da sociedade civil e o reclamo de novas formas e cada vez mais dinâmicas de participação cidadã é talvez o dado mais importante na evolução recente das sociedades do continente.

Nos anos 80, no início da Terceira Onda no desenvolvimento das democracias, o debate esteve centrado nos valores, as instituições e os processos de transição para a democracia. Os países deixavam atrás uma longa história de oscilações pendulares entre os extremos do autoritarismo e a democracia. A redefinição da cidadania política, a reestruturação do Estado democrático, o acesso aos direitos, a afirmação dos direitos humanos e as liberdades públicas e a reestruturação dos partidos políticos e as instituições republicanas concentraram a atenção dos especialistas e os partidos e movimentos sociais. Neste processo, as organizações da sociedade civil adquiriram um papel protagônico central, essencialmente nos aspectos vinculados à defesa dos direitos humanos.

Nos anos 90, os efeitos da globalização e as implicações das reformas econômicas definiram uma nova agenda que somou os problemas da consolidação da democracia. Os assíncronos e desequilíbrios entre o desenvolvimento político e o desenvolvimento econômico expuseram em termos particularmente agudos os problemas da governabilidade democrática no marco de sociedades complexas e desiguais. Os problemas do desenvolvimento humano, a pobreza e a exclusão social, as demandas insatisfeitas de sociedades desiguais, com bloqueios à participação, a questão da representação e a atenção das novas dimensões da política social em Estados enfraquecidos pela crise econômica e a crise do público produziram um novo quadro de prioridades para o

processo de expansão do Terceiro Setor. A explosão da participação e o protagonismo das organizações da sociedade civil configuraram um novo mapa que hoje reclama mediações e traduções institucionais de nova índole.

A agenda atual situa à sociedade civil e suas novas instâncias de representação e participação cívica no primeiro plano de interesse. Durante os últimos anos, a sociedade civil se desenvolveu e organizou na Região com uma intensidade e uma velocidade jamais vista. Trata-se de mudanças qualitativas, que prefiguram uma nova época. Trata-se de uma transformação nos valores, instituições, regras, procedimentos e formas de expressão cidadã. É um tempo de expectativas e demandas, no qual se renovam as formas de manifestação do Capital Social e se vigiam formas de participação que transbordam os caminhos e modalidades tradicionais.

Este é o contexto no qual se insere o processo de implementação do IPC. O Índice implica, acima de tudo, uma tentativa de resposta à necessidade de diagnósticos atualizados, sistemáticos e permanentes, caracterizados principalmente por uma elaboração participativa das próprias organizações empenhadas no atual processo de transformações. O IPC não surge de preocupações de índole exclusivamente teórica ou metodológica. Seu impulso fundamental é a necessidade de atuar aqui e agora, em resposta aos novos problemas que se expõem à participação cidadã. Aponta à geração de alternativas e respostas no plano da ação. Dali, precisamente, a importância de um desenho que responda às novas agendas sociais que preponderam hoje entre os países integrantes da RID.

As expectativas e demandas predominantes já não estão centradas em definições ou concepções gerais da política. Apontam aos temas do emprego e de desenvolvimento humano, o acesso à educação, a luta pela transparência na política e as instituições, a resposta à insegurança cidadã, o combate contra a pobreza e a exclusão social, o reclamo contra as diversas formas da desigualdade e a discriminação e a exigência geral de estabilidade e credibilidade da política.

O gráfico a seguir oferece uma primeira síntese das expectativas e demandas sociais hoje predominantes. Tal como pode ser observado no quadro, de uma lista curta de problemas sugeridos, onde os entrevistados tiveram a possibilidade de assinalar duas prioridades, a insegurança e a corrupção na administração pública preponderaram como principais preocupações entre os países estudados. Na Argentina, México e República Dominicana prepondera a primeira delas, enquanto que na Bolívia, Costa Rica, Chile, Peru e Brasil a ênfase se coloca no segundo aspecto mencionado.

Os problemas da educação e a situação econômica e os problemas de pobreza também adquirem uma relevância destacável na maioria dos países estudados. Finalmente, em todos eles sem exceção, o problema da governabilidade democrática fecha a lista de preocupações com porcentagens notavelmente inferiores ao resto dos itens mencionados, pondo de manifesto que, apesar da magnitude e importância dos problemas, as preocupações e demandas predominantes nas sociedades estudadas não necessariamente indicam assinalamentos para a democracia em sua capacidade para encontrar as soluções aos problemas que dentro dela se expõem.

AS MAIORES PREOCUPAÇÕES

SEGUNDO O PAÍS – EM PORCENTAGENS

Concorda completamente	ARGENTINA	BOLIVIA	COSTA RICA	CHILE	MEXICO	PERU	REP. DOMIN.	BRASIL
Insegurança	62.7	52.2	58.5	46.7	74.9	36.1	60.1	51.8
Situação econômica/pobreza	33.3	36.6	45.0	39.6	46.1	45.9	45.0	29.9
Governabilidade democrática	10.9	21.1	9.3	12.1	13.3	19.9	10.5	8.9
Problemas na área de educação	46.7	29.1	19.8	43.2	22.6	34.1	27.7	46.1
Corrupção na administração pública	46.4	61.0	67.4	58.4	39.0	64.0	56.7	62.4
Não sabe/ Não responde	0.0	0.0	0.0	0.0	3.0	0.0	0.0	0.7

Base: Total entrevistados

Base: Total entrevistados

“Por outra parte, assiste-se a uma redefinição das funções do Estado que provocou a redução de seus âmbitos de competências, assumidos estes em maior escala pelo mercado. Por causa da diminuição do Estado a favor do mercado, em cada um de nossos países, amplos setores sociais se sentem abandonados, devendo então ser procurado, em forma individual ou coletiva, o que antes era responsabilidade do Estado, embora o suprisse de forma precária e limitada”(Castanho e Toribio,2004)

No cenário social definido pela crise do Estado de Bem-estar, as velhas dicotomias que enfrentavam o privado e o público, o mercado e o planejamento, o liberalismo e a social-democracia tendem a dissolver-se. Surgem, ao mesmo tempo, questões “de Estado” irredutíveis às receitas ideológicas e políticas convencionais. Questões como a segurança cidadã, o desemprego estrutural, a

crise da educação ou dos sistemas tradicionais de saúde e previsão social transbordam toda capacidade instalada de resposta e suscitam realinhamentos transversais nas atitudes e valores de uma sociedade cada vez mais autônoma e insatisfeita em relação às formas tradicionais de representação e participação social e política. Novas definições do âmbito da esfera pública condicionam idéias também novas a respeito de noções clássicas como as de cidadania, direitos fundamentais, justiça social, governabilidade e legitimidade. O centro de interesse é a idéia de “bom governo”, definida desde enfoques que transcendem amplamente os cânones da teoria tradicional do Estado e da sociedade.

O *Relatório sobre o estado da democracia*, elaborado pelo Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PRODDAL- Projeto sobre o Desenvolvimento da Democracia na América Latina, 2004) e o Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina (IDD-LAT 2005) identificaram a existência de sérios problemas, tanto para a consolidação dos regimes democráticos quanto para a generalização de formas de vida democráticas frente a estes desafios.



FONTE: IDD-LAT2005

“Um dos principais problemas neste sentido está associado com a fraqueza do Estado para satisfazer uma série de direitos cidadãos mínimos. Isto afeta seriamente a legitimidade do regime democrático já que, além disso, uma ampla maioria de cidadãos da região considera que o Estado deve cumprir um papel fundamental nos processos de inclusão social. Assim, um dos principais problemas para a evolução da democracia está associado com esta crise de legitimidade do Estado” (Fernando Caldeirão, PRODDAL, 2004)

Em países como o Chile, Costa Rica, Brasil e México as instituições políticas exibem, em princípio, maior capacidade para poder dar resposta aos processos da economia global. (Cardoso, F.H. (2004) e Caldeirão, F., coord. (2003)). Em troca as crises institucionais recentes ocorridas na Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia são claros exemplos de que a crise do Estado pode realimentar processos de deterioração da ordem democrática que, ainda sem afetar alguns aspectos

formais do sistema tais como a existência de partidos políticos e eleições livres, afete de modo substancial outros aspectos que fazem à vigência do Estado de Direito, o pluralismo político, os sistemas de divisão e equilíbrio de poderes, a liberdade de expressão e liberdades individuais e coletivas que fazem à essência e sustentabilidade de toda ordem democrática.

A crise do Estado não só incide negativamente sobre o sistema político e o normal desenvolvimento de suas funções sociais –representação, participação, incorporação, penetração, geração de alternativas de política pública, seleção de dirigentes, desenvolvimento de uma cultura política democrática, etc.- Enfraquece também os processos de integração e coesão social. Dali a pressão sobre as representações e mediações tradicionais e o surgimento de novos atores que pugnam por legitimar-se em uma paisagem social e institucional nova e cambiante. Os novos movimentos sociais estão em maior parte vinculados mais à vida cotidiana, a essa nova agenda que inclui a insegurança, a pobreza, o meio-ambiente e a educação.

“No processo mais recente de desenvolvimento das sociedades civis da América Latina, como grande novidade, cabe destacar os movimentos populares, especialmente das periferias urbanas e favelas, com suas associações vicinais, centros de defesa, clubes de mães, casas da cultura, etc. Atualmente, seguem sendo novidadeiras as organizações de direitos humanos e, principalmente, de mulheres, de grupos étnico-raciais e do movimento ambientalista. As campanhas públicas, as alianças e coalizões, e as redes temáticas são formas bastante recentes do desenvolvimento social onde se tecem a relação e a interfase entre antigos e novos sujeitos que tornam mais complexas às sociedades civis. As ONG, tão famosas e ativas, formam parte destas sociedades, mas somente são uma das formas em que a rede social organizativa vai se constituindo nas situações dadas, em que os sujeitos sociais se expressam como atores concretos. Assim concebida a questão, é possível destacar algumas dimensões e processos das Sociedades civis na América Latina. É urgente contar com uma ampla radiografia do recente desenvolvimento das sociedades civis e de como foram

surgindo os novos sujeitos sociais e atores concretos na democratização.
”(Grzybowski, em PRODDAL,2004)

É a partir disto que os processos de construção e consolidação de nova cidadania na Região não podem ser analisados só baixo as categorias descritivas do processo político nas sociedades democráticas em transição ou consolidadas.

“Apesar dos lucros significativos que teve o retorno da democracia na América Latina, especialmente quanto a amparo dos direitos humanos e das liberdades políticas, as sociedades latino-americanas se viram imersas em graves problemas sociais, políticos e econômicos. Depois da chamada “década perdida” dos oitenta, e a partir da etapa de ajuste estrutural, a maioria dos países experimentaram um lento crescimento econômico durante a década seguinte, mas cujos custos sociais foram extremamente elevados. O incremento da incidência da pobreza, a ampliação da brecha social entre ricos e pobres, o crescimento incessante dos índices de desemprego, somados aos escândalos de corrupção pública e a impunidade com a que a justiça os enfrentou, entre tantas outras questões, incrementaram o sentimento de descrédito da política e escavaram a relação entre partidos políticos e sociedade civil. Em contraposição, as organizações da sociedade civil apareceram na cena pública como referentes sociais, pilares da credibilidade, canais legítimos e novidadeiros de participação cidadã, portadores de valores de inclusão social, transparência e equidade, que atraíram a amplos grupos da população, em especial, frente ao mau momento que atravessavam os partidos políticos.” (Gamallo e Taboada, 2004)

Na América Latina entre 30 e 60% da população padece alguma forma de exclusão social, negadora de sua cidadania, deixando em evidência a incapacidade das instituições públicas para encontrarem mecanismos de contenção e solução de seus problemas.

Com a aplicação do **Índice de Participação Cidadã**, já em sua segunda edição, aprofunda-se este diagnóstico sobre o comportamento da sociedade civil em uma

investigação de características inéditas, com poucos precedentes internacionais, e que permite estudar a evolução das diversas formas de participação, tão tradicionais como novas, procurando estabelecer linhas e níveis de correlação com o desenvolvimento das instituições e comportamentos democráticos.

No caso das formas mais tradicionais de participação, podem-se observar os comportamentos da participação em organizações sindicais e a participação em organizações de proprietários ou empresários, que embora supõem objetivos contrários, não pressupõem metodologias contraditórias com a democracia, a não ser pelo contrário a idéia da necessidade de articular de maneira coletiva os interesses, a formulação de visões e propostas, e incluso a demanda política direta.

Entre as novas formas de participação organizada, os reclamos dos movimentos camponeses transformaram uma reivindicação histórica em uma identidade, as novas formas de mobilização urbana –assembléias de bairros, demonstrações e passeatas de ruas, bloqueios de vias públicas - e formas múltiplas de demonstração pública de sentimentos de protesto social procuram também o protagonismo em um sistema político que deve adaptar-se em suas concepções tradicionais da democracia para poder dar-lhes respostas.

A maioria destas novas formas de participação pouco têm a ver com fenômenos de enquadre partidário e se vinculam a estes novos climas de reivindicação e demanda social, e em conseqüência a estas novas formas de identificação e participação.

Estes processos de ampliação do público podem encontrar uma primeira limitação básica de caráter político institucional: a falta de reconhecimento dos direitos eleitorais, da possibilidade de escolher e ser eleito, que afeta diretamente toda forma de participação, inclusive as que não estão dirigidas a gerar representação eleitoral.

Os avanços da América Latina em *cidadania política* foram medidos pelo Índice de Democracia Eleitoral (IDE, Latinobarómetro, 2004) que focaliza esta dimensão ou condição mínima para que possa falar-se de democracia. As conclusões do Relatório 2004 deste índice refletem que na região existem hoje “*democracias eleitorais*”. Mais pontualmente indica-se que em todos os países se reconhece o direito universal ao voto.

Antes do início da onda de transições a fins da década de 1970, a maioria dos países na região tinham regimes autoritários. Após, o progresso foi muito marcado. O médio do IDE (cujo valor varia entre 0 e 1) para a América Latina sobe rapidamente de 0,28 em 1977 a 0,69 em 1985, e a 0,86 em 1990, melhorando dali para frente para acabar no ano 2002 com 0,93.

Os países do Mercosul e Chile, com exceção do Paraguai, já tinham acabado ao redor de 1990 com os regimes militares. Após mantiveram regimes democráticos. Outra situação é a da sub-região da América Central e República Dominicana que, com exceção da Costa Rica e a República Dominicana, ainda estavam resolvendo conflitos armados nos anos noventa. A democratização coincidiu com a resolução pacífica destes conflitos e avançou a passo sustentado. Em 2002, esta sub-região era eleitoralmente a mais democrática segundo o IDE.

Uma terceira situação é a dos países andinos, que no início da década de 1990 tinham regimes democráticos de longa data (Colômbia, Venezuela) ou foram os primeiros casos de transição desde regimes militares na América do Sul a fins dos setenta e princípios dos oitenta (Equador, Peru, Bolívia). Entretanto, durante a década dos noventa esta sub-região começou a enfrentar sérios problemas que levaram, inclusive, a pôr em perigo seus regimes políticos. Finalmente, México registrou uma transição à democracia lenta, mas sustentada, que culmina com a presidência do Ernesto Zedillo.

Outras conclusões, mais específicas, surgem de um olhar mais detalhado, no nível dos quatro indicadores que recolhe o IDE: direito ao voto, eleições limpas,

eleições livres e as eleições como o meio de acesso aos cargos públicos. Estes são indicadores de cidadania política que precedem a formas mais completas de cidadania.

“Apesar de alguns problemas, em geral as eleições nacionais foram limpas entre 1990 e 2002. Nesse mesmo período se deram restrições importantes à liberdade eleitoral em 10 de 70 eleições nacionais, mas a tendência geral foi positiva. Avançou-se na questão de que as eleições fossem um meio de acesso a cargos públicos: o transpasse do mando presidencial se converteu em uma prática comum, embora em alguns casos tenha se dado em meio de complexas crises constitucionais. Entretanto, os dados também mostram que a participação eleitoral é irregular –em alguns países apresenta níveis muito baixos– e que existem barreiras de entrada para novos atores à competência eleitoral. Um lucro importante é a abertura de espaços políticos para as mulheres através de cotas nas listas dos partidos. Porém, a representação de povos originários e afro descendentes no Parlamento é, em geral, ainda muito reduzida.”(IDE,2004)

Entretanto esta melhora dos fatores políticos que condicionam os processos de incorporação e participação cidadã através da regularidade dos processos eleitorais, encontra seu limite na crise dos partidos políticos - veículos até não faz muito tempo exclusivos de manifestação da cidadania política-. As funções de representação dos partidos atravessam na atualidade uma crise de alcances ainda imprevisíveis. À desconfiança crescente da sociedade se somam processos de bloqueio na incorporação e na canalização efetiva de demandas sociais. Muitas das funções tradicionais dos partidos –representação, geração de alternativas e programas, interpretação das grandes concepções e dos problemas nacionais, seleção e capacitação de dirigentes, ilustração eleitoral dos diversos setores sociais, etc se viram diminuídos pela emergência de novos atores que canalizam este tipo de funções do sistema político na sociedade.

Como agentes de representação, os partidos atravessam uma crise que se expressa no fato de que as pessoas desconfiam deles porque os sentem como

distantes, como um ator alheio e profissionalizado que não encarna um projeto de futuro compartilhado.

Por conseguinte, embora tenha se avançado em relação ao funcionamento eleitoral e tenha havido bons resultados em termos institucionais, a alta desconfiança nos partidos como agentes de representação, é um desafio chave no desenvolvimento democrático, e pode condicionar os movimentos ou atividades próprias da sociedade civil, em tanto lhes demanda que brindem proteção assumido pelos primeiros, coisa que não é desejável nem conveniente: “Os partidos políticos são os portadores da representação da vontade geral, expressa nas urnas, enquanto que as organizações da sociedade civil promovem a participação da cidadania em questões públicas; não *representam interesses nem acrescentam demandas*, já que essa função é exclusiva dos partidos. As organizações da sociedade civil não vão ocupar o lugar nem as funções dos partidos políticos, sua contribuição à consolidação da democracia provém desde outro lado. A sociedade civil deve reconhecer-se como *complementar aos partidos e colaboradora do Estado*.” (Gamallo e Taboada, 2004)

Os níveis de participação não somente se vêem afetados pela deterioração nos fatores do entorno político. Também se refletem no impacto crescente das crises econômicas e seu impacto sobre os mecanismos de formação de atitudes coletivas e redes sociais de incorporação e participação cidadã. Apesar disto, as crises sociais na região demonstraram ser fonte de uma incrível força geradora de capital social, participação e solidariedade.

Até o ano 2003, a evolução dos indicadores econômicos da América Latina apontavam o último lustro como um dos períodos mais críticos das últimas décadas. Embora algumas economias tenham apresentado um crescimento moderado, nenhum país conseguiu escapar à situação de lento crescimento, de estancamento ou de preocupante retrocesso.

A renda per cápita dos latino-americanos para o ano 2002 refletia um nível inferior ao de cinco anos atrás, em uma situação contextual de consumo absolutamente estagnado e o investimento mais baixa dos últimos 10 anos.

Vários dos produtos exportáveis de importância para a América Latina registraram importantes reduções de preços (por exemplo, o açúcar caiu 26,5%, o café 8,8%, a bananeira 7,4%, o alumínio 6,5% e o cobre 0,2%), enfraquecendo novamente os termos de intercâmbio para a região em seu conjunto. Por outra parte, diversos fatores debilitaram o comércio de alguns grupos de países, como é o caso da crise na Argentina e seus efeitos negativos sobre o comércio do Mercosul, afetando também o turismo e as remessas familiares para a Bolívia e Paraguai.

O clima financeiro internacional adverso para os países emergentes e, em particular, para a América Latina se traduziu em uma redução substancial das entradas de capitais. Na metade de 2002, nas maiores sete economias da região (que representam 90% do PIB regional), os lucros de capital caíram a um terço do montante que tinham alcançado quatro anos atrás.

Por estes anos, o crescimento econômico da América Latina esteve estreitamente associado ao comportamento dos fluxos de capitais externos diferentes de investimento estrangeiro, o qual foi muito instável. A crise asiática de meados de 1997 e a moratória russa um ano mais tarde levaram a terreno negativo estes fluxos de capitais. Uma recuperação parcial desta tendência desde meados de 1999 coincidiu com um período de crescimento, mas muito passageiro, já que concluiu um ano depois. Após as taxas de crescimento da região foram modestas e no 2002 foram negativas.

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) estimava, para o ano 2002, uma diminuição do PIB de 12%.

Além dos casos já mencionados, também sofreram quedas de produção o Haiti, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Peru e Equador, embora tenham alcançado as maiores taxas de crescimento da América do Sul, apenas se aproximaram de 4%, enquanto que na Bolívia, Chile e Colômbia tenham sido mais modestas ainda.

Posto que virtualmente nenhum país obteve um crescimento elevado, pode afirmar-se que, pela primeira vez, em mais de uma década, a região registrou uma situação de estancamento geral.

Devido ao prolongada deterioro do ambiente internacional para as economias latino-americanas, a margem de ação das políticas internas se foi reduzindo. Os déficit fiscais aumentaram especialmente entre 1997 e 1999, dando origem a

aumentos importantes nos coeficientes de dívida pública. Daquela época até aqui, os governos adotaram políticas fiscais de maior austeridade.

As depreciações cambiais estão sendo um recurso necessário, embora não isento de problemas em vários casos. Mesmo que a desvalorização da moeda é uma receita comum frente a fortes perturbações de origem externa, como as que sofreram a maioria de países da região nos últimos anos, suas seqüelas podem ser muito dolorosas quando o governo, o setor financeiro ou as empresas têm descalcem apreciáveis entre seus passivos e ativos em divisas.

Pela primeira vez desde 1991 a inflação média nos países da região registrou um aumento, passando de 6% em 2001 a 8% em 2002. Embora, vários países tenham adotado políticas monetárias expansivas em algum momento de 2002, a causa da maior inflação radicou nas fortes desvalorizações das taxas de câmbio, em particular na Argentina e Venezuela, e em menor medida no Brasil e Uruguai. Em contraste, a inflação descendeu de maneira notável no Equador, e se reduziu também na Costa Rica, Colômbia e Nicarágua.

Devido às condições de estancamento ou recessão predominantes na América Latina até o 2003, o mercado trabalhista tendeu a seu enfraquecimento. Para o ano 2002 se estimava que a taxa média de desemprego era de 9,1%, quase um ponto percentual mais alta que nos dois últimos anos. Argentina, Colômbia, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela registraram desempregos superiores a 15%. Do mesmo modo, o salário real se deteriorou na Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. No Chile e Colômbia, a pesar do desemprego, o salário real tendeu a aumentar, sustentado pela efetividade do salário mínimo. Também houve aumentos dos salários reais na Bolívia, México, Nicarágua e Peru.

O enfraquecimento do mercado trabalhista e suas conseqüências sobre o ingresso, até o ano 2003 tiveram um efeito muito preocupante sobre as tendências da pobreza. Segundo cálculos da CEPAL, a incidência da pobreza se elevou a 43% em 2001 e 44% em 2002 e a pobreza extrema aumentou a 18,6%. Para os casos da Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela apresentaram uma especial exacerbação da pobreza.

Em termos absolutos, o número de habitantes que se situava por debaixo da linha de pobreza aumentou. No ano 1990, 191 milhões de latino-americanos eram pobres. No ano 2002, quando a população era de 508 milhões de habitantes, a quantidade de pobres subia a 218 milhões. Poderia se acrescentar que, incluso em termos relativos, a pobreza se incrementou durante este período no Cone Sul (de 25,6 a 32,3 por cento) e nos países andinos (de 52,3 a 52,7 por cento).

Em relação aos níveis de desigualdade cabe assinalar que no ano 1990, o coeficiente do Gini era de 0,554. Em 2002 este coeficiente subiu a 0,576. A alta desigualdade também se expressa na relação entre os níveis superiores e inferiores de ingresso. No ano 1990, 10 por cento da população latino-americana de ingressos mais elevados tinha 25,4 vezes o ingresso de 10 por cento da população de menores ingressos. Em 2002, essa relação era de 40 vezes. Em 2002, 20 por cento da população da região de mais altos ingressos recebeu quase 54,2 por cento do ingresso total e 20 por cento do setor de menores ingressos, só 4,7 por cento. A região possuía por então os níveis de desigualdade mais altos do mundo na distribuição do ingresso.

Para os anos 2003 e 2004 a situação econômica e social melhorou consideravelmente. CEPAL estima que a região cresceu 5,5% em 2004, superando incluso os prognósticos mais otimistas. Desta maneira o Produto Bruto Interno por habitante da região se incrementou ao redor de 4% e para o 2005 se prevê um crescimento de similar ordem.

Pela segunda vez nos últimos vinte anos (a última teve lugar em 1997), as seis economias maiores da região (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela) cresceram simultaneamente mais de 3%.

Logo depois de atravessar profundas crises, as economias de alguns países sul-americanos mostraram signos de recuperação. É o caso da Venezuela, que cresceu 18%, e **Uruguai** com 12% em tanto que os algarismos sustentam para **a Argentina** um crescimento de 8,2%, 5,2% para **o Brasil** e para **o Chile** e **Equador** valore de 5,8 e 6,3%, respectivamente.(CEPAL, 2004)

O fator predominante para este bom desempenho da economia regional está diretamente relacionado com a aceleração que experimentou a atividade econômica mundial.

Na Argentina, para o ano 2004 prosseguiu a recuperação da atividade econômica conseguida durante 2003. O incremento do PBI rondou 8%, com o que se acumulou uma alta superior a 17% dos valores mínimos em 2002. A taxa de desocupação continuou sendo elevada, mas não obstante se observou uma diminuição significativa, com um nível inferior à situação anterior à crise, o que unido à parcial recuperação dos salários reais, contribuiu a atenuar os altos índices de pobreza e indigência.

Na Bolívia a situação política e social resultou instável; ainda assim, registrou um aumento de 3,8% no 2004 e sua situação do presente ano dependerá em grande medida da resolução da crise de estabilidade política e institucional pela qual atravessa.

Para a economia do Brasil, por sua parte, 2004 trouxe aparelhada uma expansão do PBI superior a 5%, o melhor resultado desde 1994. O balanço do comércio exterior de bens registrou uma expansão anual próxima a 30%, tanto das exportações quanto das importações de bens. Na ordem doméstica, o consumo das famílias se expandiu 4%.

A economia do Chile apresentou em 2004 seu melhor desempenho desde 1997, uma vez mais impulsionado pela excelente situação pela que atravessam os volumes e preços das exportações de cobre, rebatendo assim o efeito negativo da alta do preço do petróleo, do qual o Chile é importador nítido. Chegou-se desta forma a um crescimento do PBI próximo a 6%, quase o dobro do que ocorreu em 2003.

A economia da Colômbia mostrou uma dinâmica favorável, tendo como destaque o investimento privado e a demanda externa. O crescimento do PBI foi de 3,5%, mantendo os valores de 2003.

Equador por sua parte exibiu uma rápida expansão, ligada ao aumento da extração de petróleo por parte do setor privado. Segundo as estimativas do CEPAL, o crescimento do PBI foi de 6,3% em 2004.

A economia do Paraguai, por sua parte, cresceu em uma magnitude de 2,8%. Desta forma, Paraguai completa seu segundo ano consecutivo de crescimento, o qual se espera continue no 2005, com um aumento de ao redor de 3,5%.

Por sua vez a economia do Peru cresceu no ano 2004 4,6%, com o qual superou o desempenho do ano anterior. Este resultado se obteve pela conjunção de condições externas favoráveis e a estabilidade macroeconômica alcançada nos últimos anos. Na cima de dita expansão se encontram os setores exportadores e de investimento privado, com taxas da ordem de 12,5% e 8,7%, respectivamente. No âmbito doméstico, o consumo privado se expandiu 3,1%, porque o nível de emprego aumentou ligeiramente.

Na Venezuela, o resultado do referendo revocatório realizado em 15 de agosto de 2004 confirmou a permanência do presidente Chávez até o final de seu mandato (2007). Por sua vez, o significativo crescimento econômico do país no ano (18%) permitiu que a atividade se recuperasse até alcançar os níveis prévios à parada generalizada de fins do 2002. A alça abrangeu todos os setores e sua magnitude superou à estimada inicialmente. Para 2005, de acordo com o orçamento apresentado em outubro do 2004, projeta-se uma taxa de crescimento em torno de 5%.

A informação social sobre a Região mostra que, apesar da melhora dos últimos anos, os indicadores sociais continuam revelando a magnitude do impacto da crise econômica sobre algumas dimensões básicas da sociedade. América Latina é ainda a região do mundo com maiores níveis de desigualdade. Dita desigualdade não se limita só ao ingresso. Estende-se também aos consumos, a posse da terra, o acesso à educação e à saúde, os níveis de emprego e, principalmente, o exercício dos direitos e o acesso à justiça. Aspectos centrais da participação social e política se vêem obstaculizados pelo efeito da desigualdade estrutural que impera nos diversos países da Região, apesar dos avanços sustentados no processo de consolidação da democracia. Este outro conjunto de fatores não estritamente políticos são avaliados como indicadores do desenvolvimento democrático.(IDD-LAT,2005)

TABLA RESUMEN DEL COMPORTAMIENTO DE CADA UNO DE LOS INDICADORES

País	Voto de adscripción política	Puntaje en el Índice de Derechos Políticos	Puntaje en el Índice de Libertades Civiles	Condición de libertades y derechos por inseguridad	Género en el sistema	Puntaje en el Índice de Percepción de la Corrupción	Participación de los partidos políticos en el PL	Accountability	Indicador de desestabilización	Factor de anomalía demográfica	Puntaje en el Índice de Libertad Económica	PIB per cápita en dólares 1995	Brecha de Ingreso (relación de ingreso quintil mayor)	Endeudamiento % de deuda sobre PIB
Argentina														
Chile														
Uruguay														
Paraguay														
Brazil														
Bolivia														
Perú														
Ecuador														
Colombia														
Venezuela														
Panamá														
Costa Rica														
Nicaragua														
El Salvador														
Honduras														
Guatemala														
México														
Rep. Dominicana														

 Igual Valor
 Mejoró
 Empeoró

FONTE: IDD-LAT2005

Os resultados do IPC devem refletir em alguma medida, que frente às tensões que geram as desigualdades e carências, existe um ponto de equilíbrio ou de convergência nas redes que tece a sociedade civil, que servirá muitas vezes como contenção, reserva ou cultivo dos processos democráticos quando a tensão econômica e social seja muito alta. Exemplo deste fenômeno é o crescimento das formas de voluntariado, que já não tem o sentido limitado de relações entre classes sociais de tipo *Top-down*, mas sim as estratégias solidárias se dão para dentro dos próprios grupos sociais de menores ingressos, associando-se em cooperativas de trabalho, refeitórios comunitários e até associações de complementação econômica através do sistema de intercâmbio por permuta.

2. ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

2.1. Resultados 2005. Níveis globais de participação

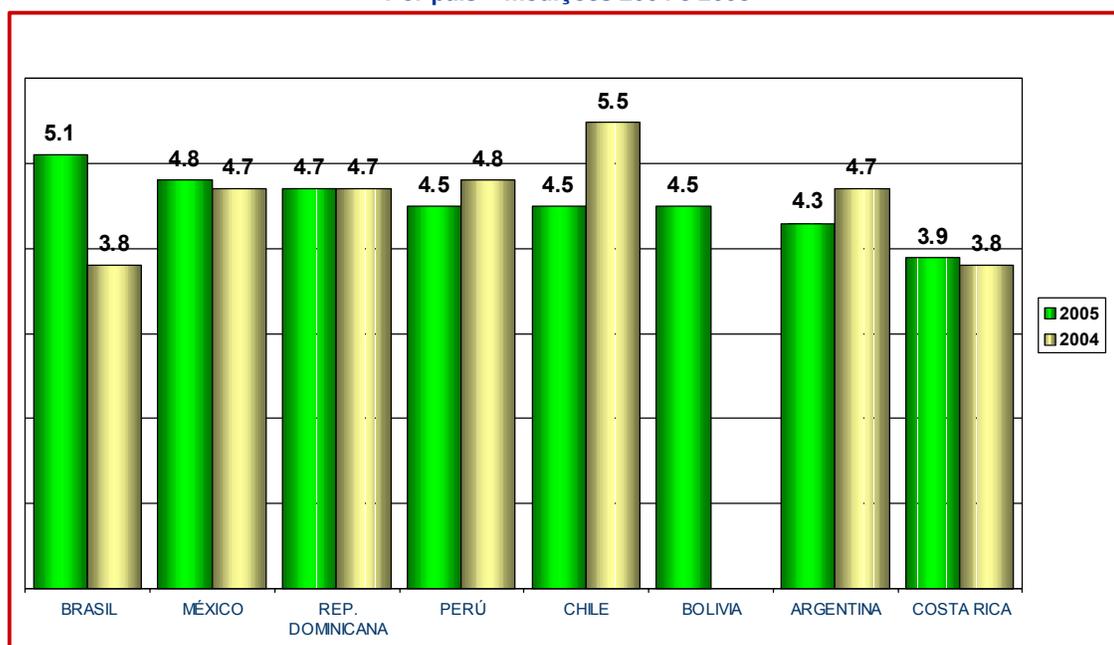
Como primeira aproximação, observa-se uma importante homogeneidade entre os países incluídos no estudo quanto a sua distância do valor médio (5) do IPC. Costa Rica se encontra no extremo mais baixo (3.9) entre os oito países analisados. No extremo contrário, quer dizer o que reporta maiores níveis de participação cidadã, coloca-se o Brasil com 5.1 pontos sobre 10 possíveis.

Observação: Os pontos do IPC responde a uma escala entre 1 (mínimo) e 10 (máximo)

Base: Total entrevistados

Índice de participação cidadã

Por país – medições 2004 e 2005



*El puntaje del IPC responde a una escala entre 1 (mínimo) y 10 (máximo)

Respeito ao ano 2004 e salvando algumas diferenças metodológicas de implementação², Costa Rica, República Dominicana e México são os países que demonstraram menores variações em seus níveis de participação no lapso 2004-2005. Pelo contrário, Brasil incrementou sua participação em mais de um ponto, enquanto que a Argentina e Chile diminuíram no meio e um ponto respectivamente.

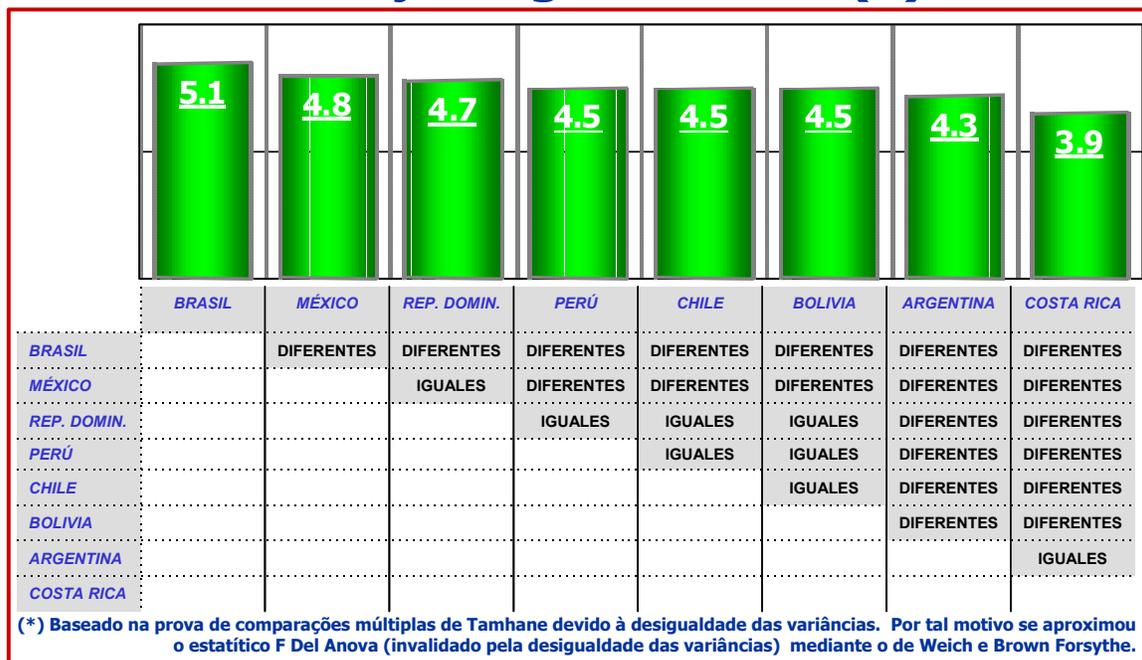
Apesar da homogeneidade percebida a primeira vista podem ser observadas particularidades nos níveis globais de participação para o ano 2005 que permitem estabelecer diferenças significativas de um ponto de vista estatístico entre os países considerados. Desagregado o IPC entre os tipos de participação que o compõem e aplicando a prova de comparações múltiplas entre as variáveis do IPC se observam diferenças importantes devidas à desigualdade das variações. O que nos indica que detrás de uma aparente semelhança nas estruturas participativas das sociedades estudadas se escondem fenômenos de diferentes natureza que devem ser abordados utilizando outras variáveis do estudo. Como se verá a seguir, estas diferenças encontradas respondem a diferentes comportamentos de acordo com os diferentes componentes incorporados no IPC.

No extremo superior, Brasil, com 5.1 pontos sobre 10 possíveis estabelece diferenças em relação à totalidade de seus pares. México, com 4.8 pontos, diferenciam-se do Brasil para cima e do Peru, Chile, Bolívia, Costa Rica e Argentina para baixo, compartilhando com República Dominicana uma medida que poderia ser considerada equivalente. República Dominicana, junto ao Chile, Peru e Bolívia compartilham características comuns que os separam da Argentina e

² A diferença da edição 2005, a experiência 2004 se realizou em forma descentralizada em cada um dos países participantes. Em consequência, os critérios utilizados no relevamento dependeram naquela oportunidade de aqueles que tiveram a seu cargo o relevamento. Na presente edição, a medição se fez centralizada desde uma única sede, estabelecendo estándares unificados na metodologia de relevamento e tratamento da informação. Para ampliar informação se pode consultar *Lineamientos conceptuales y metodológicos para la implementación de un Índice de Participación Ciudadana en América Latina*, documento de trabalho da RID.

Costa Rica, quem, compartilhando o último lugar apesar da diferença de seus pontos (4.3 e 3.9 respectivamente) fecham a lista de níveis de participação.

Índice de participação cidadã as diferenças significativas (*)



Observação: Os pontos do IPC respondem a uma escala entre 1 (mínimo) e 10 (máximo)

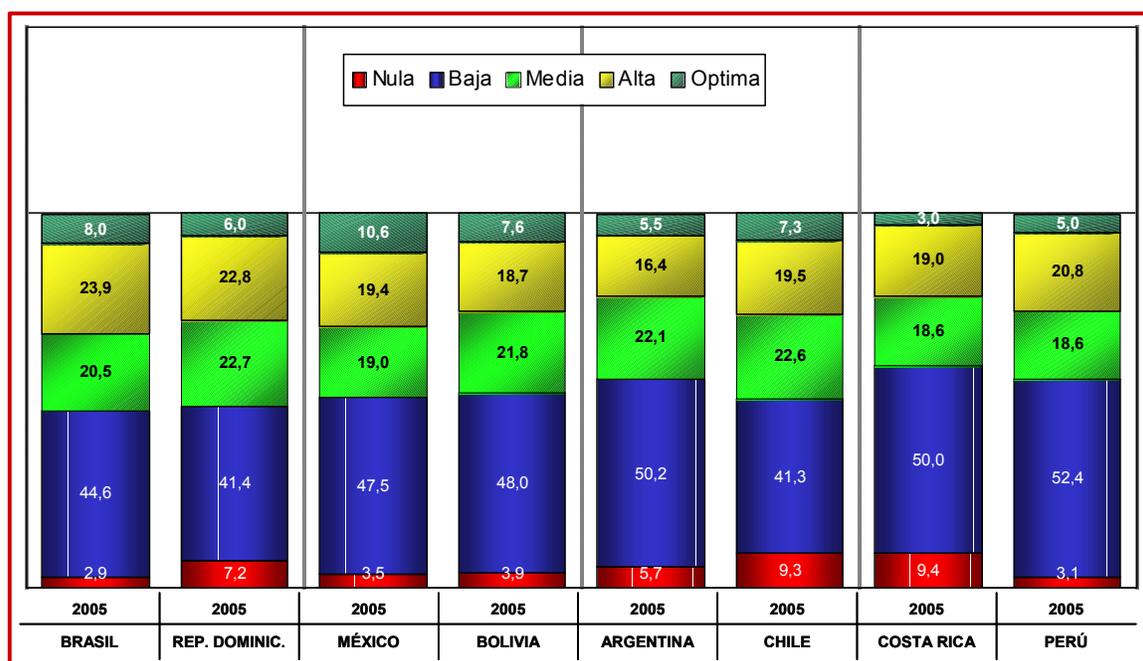
Base: Total entrevistados

Considerando os níveis de participação e estabelecendo categorias de participação de acordo com os valores de índice³ que alcança cada um dos entrevistados do estudo pode observar-se que em todos os países considerados prepondera um nível de participação baixo. Embora menos de 10% apresenta uma ausência absoluta de intervenção em mecanismos participativos, uma percentagem próxima à metade da população exhibe um nível de participação baixo. Pelo contrário, o nível de participação ótimo tampouco supera os dez

³ A participação nula equivale à ausência de intervenção em todos os componentes de participação que compõem o índice. A participação baixa agrupa a quem alcança uma pontuação maior a zero e inferior a 4. A participação média se encontra entre 4 e inferior a 6 pontos de índice, a alta participação resulta de uma pontuação entre 6 e inferior à participação ótima, que é de 10 pontos sobre 10. Para ver mais detalhe sobre esta categorização se pode consultar o documento de *Lineamientos Conceptuales y Metodológicos para la implementación de un Índice de Participación Ciudadana en América Latina*, documento de trabalho da RID.

pontos percentuais de população em nenhum dos países considerados e o nível de participação alto oscila entre 16 e 23% de acordo ao país. De considerar-se adequado ou aceitável um nível “médio” de participação, a totalidade de países considerados ficariam virtualmente divididos 50 e 50 entre quem alcança níveis com signo positivo e quem reporta uma participação pouco significativa.

PORCENTAJE DE LA POBLACION QUE REALIZA ACTIVIDADES DE PARTICIPACION CIUDADANA SEGÚN INTENSIDAD - MEDICION 2005



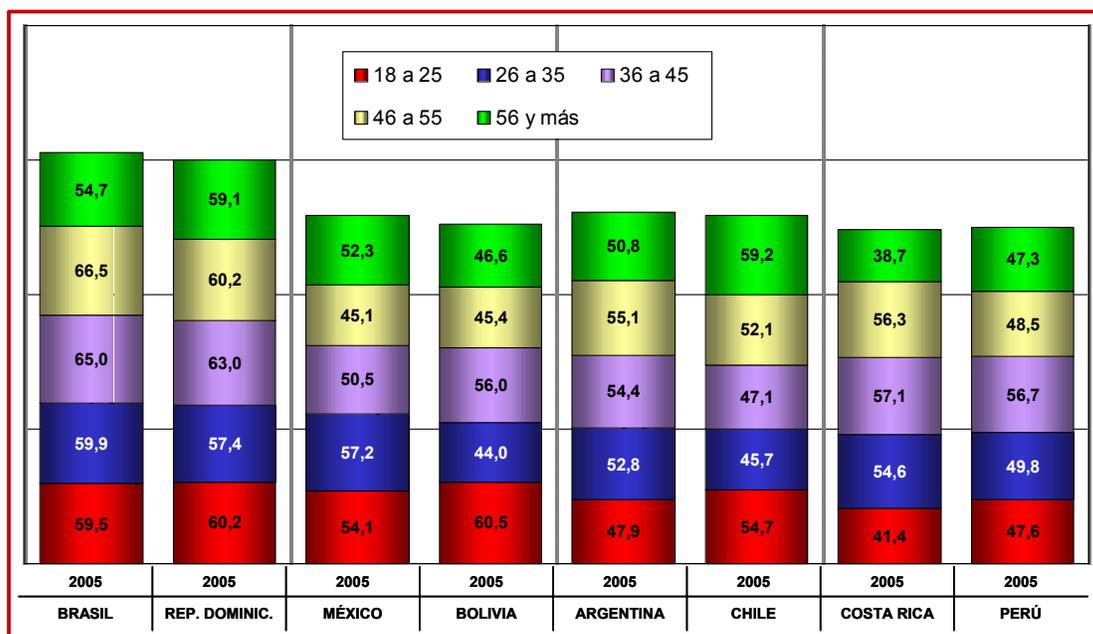
Base: Total entrevistados

Analisando os níveis globais de participação, observam-se diferenças normas de acordo às principais variáveis sócio-demográficas.

De acordo com o sexo do entrevistado, cabe assinalar, existe na maioria dos países estudados uma maior propensão a participar por parte dos homens frente a uma porção menor de participação feminina. Em todos os países se observa que mais da metade dos homens participam de alguma atividade cidadã, com valores máximos no Brasil –64.5-, República Dominicana –64.6- e México –59.0. No caso das mulheres, pelo contrário, só o Brasil –58.0-, República Dominicana –55.5- e Argentina –51.3- localizam-se por sobre 50%.

No caso da análise dos grupos de idade, existem diferenças significativas de acordo aos níveis de participação global. Na Costa Rica, por exemplo, é notavelmente inferior o nível de participação entre os mais jovens e os adultos maiores (mais de 55 anos), enquanto que no Chile a relação é ao contrário, concentrando sua participação nos extremos da escala etária. A participação da juventude se sobressai especialmente na Bolívia e Dominicana por sobre o resto, embora neste último a participação é notavelmente homogênea para todas as idades. Brasil se caracteriza por um nível de participação em idades médias superior à de seus pares. Argentina e Peru compartilham com a Costa Rica os menores níveis de participação entre os mais jovens.

PORCENTAJE DE LA POBLACION QUE REALIZA ACTIVIDADES DE PARTICIPACION CIUDADANA POR GRUPOS DE EDAD MEDICION 2005



Base: Total entrevistados

A participação analisada pelos diferentes segmentos socioeconômicos das populações permite observar que quem se encontra em uma melhor situação, apresentam maiores níveis de participação. Em todos os casos, à exceção da Costa Rica, mais de 60% do nível socioeconômico alto realiza atividades de participação cidadã.

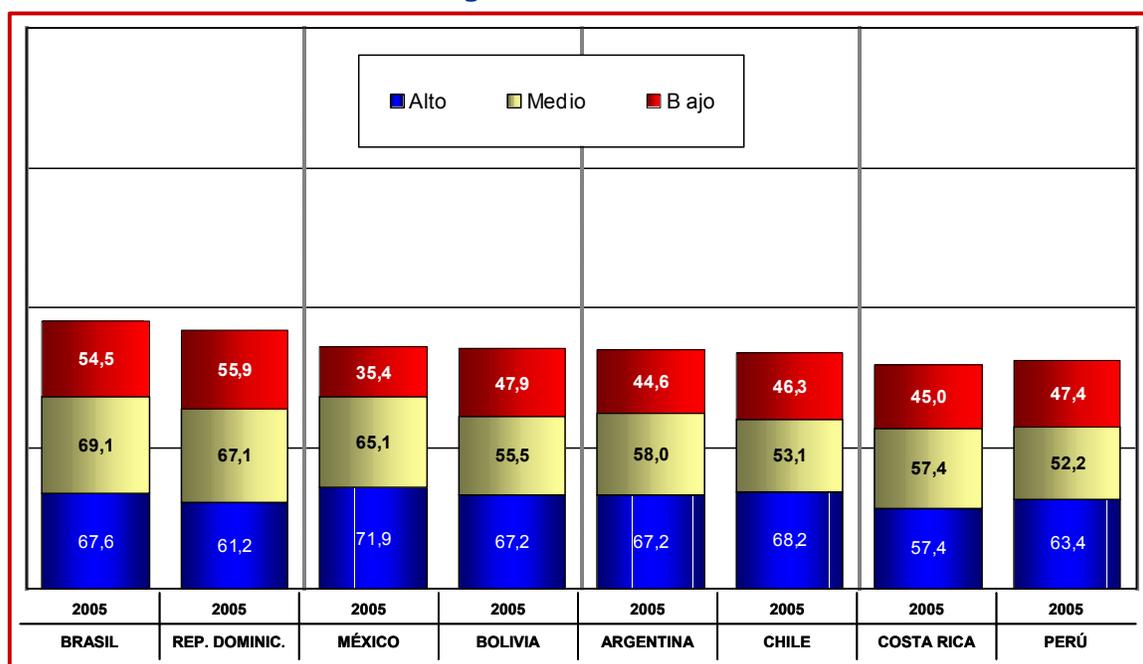
Os setores do nível médio se encontram um degrau mais abaixo, em torno de valores próximos a 50%; e no caso dos setores de mais baixos ingressos, os valores se localizam em valores próximos a 45% na maioria dos casos.

Costa Rica junto ao Brasil e Dominicana compartilha como elemento em comum ter uma brecha de participação mais estreita que nos países restantes entre um e outro extremo da escala, onde os níveis de participação entre os setores de maior

poder aquisitivo está acostumado a superar por 20 pontos percentuais ou mais a quem tem menor poder aquisitivo.

No extremo da desigualdade de participação de acordo com o nível socioeconômico se encontra o México, onde as diferenças entre os extremos supera 35%, duplicando-os valores entre os mais ricos.

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE REALIZA ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ segundo NSE 2005



Base: Total entrevistados

2.2. Tipos de participação

Entre os tipos de participação incluídos para a medição do IPC, podem-se diferenciar três grupos fundamentais:

A primeira instância participativa identificável é a do **protagonismo direto**. Os participantes são protagonistas do destino da comunidade ou de um projeto coletivo. Conceitos como identidade, pertença, compromisso, militância, voluntariado, solidariedade e responsabilidade social, são valores agregados deste tipo de processos. Os âmbitos destas formas de participação direta podem ser diversos, como, por exemplo, partidos e movimentos político, ONG dedicadas a temas de incidência coletiva, Atividades em torno de organizações religiosas, Organizações comunais ou de bairros, até manifestações ou mobilizações de ruas.

Este tipo de participação cidadã, por sua vez, reconhece diferentes intensidades que dependerão da quantidade e qualidade do compromisso individual com seu âmbito de incidência. Neste sentido, embora poderiam definir um sem fim de variáveis para identificar o grau de intensidade da participação direta, aos fins do estudo se limitarão basicamente à constatação de: Responsabilidade Diretiva, Assistência a reuniões, Pagar mensalidades ou realizar contribuições, Participação em decisões coletivas ou de assembléia, Solicitar ou receber informação.

Uma segunda instância de participação é aquela que se locomove através da **opinião e o reclamo**. As modalidades deste tipo de participação podem ser múltiplas, como, por exemplo, enviar artigos ou cartas a meios de comunicação com o fim de dar a conhecer sua opinião, fazer uma denúncia ou tentar solucionar um problema.

As modalidades deste tipo de participação podem ser múltiplas. Aos fins do estudo se delimitará às seguintes ações: Enviar artigos ou cartas a meios de comunicação com o fim de dar a conhecer sua opinião, fazer uma denúncia ou tentar solucionar um problema, Contatar a algum programa de rádio ou TV onde se vertam opiniões de atualidade, já seja uma denúncia pública ou outras opiniões

referidas a assuntos públicos, Votar por artistas favoritos em programas como reality show, programas de talento, Participar de consultas ou pesquisa de opinião sobre temas de atualidade, Informar-se e contatar ao governo visitando os sites Web ou enviando correios eletrônicos.

Finalmente, um terceiro tipo de participação, é a da clássica **participação republicana nos processos eleitorais** formais e nos novos procedimentos das democracias semidiretas.

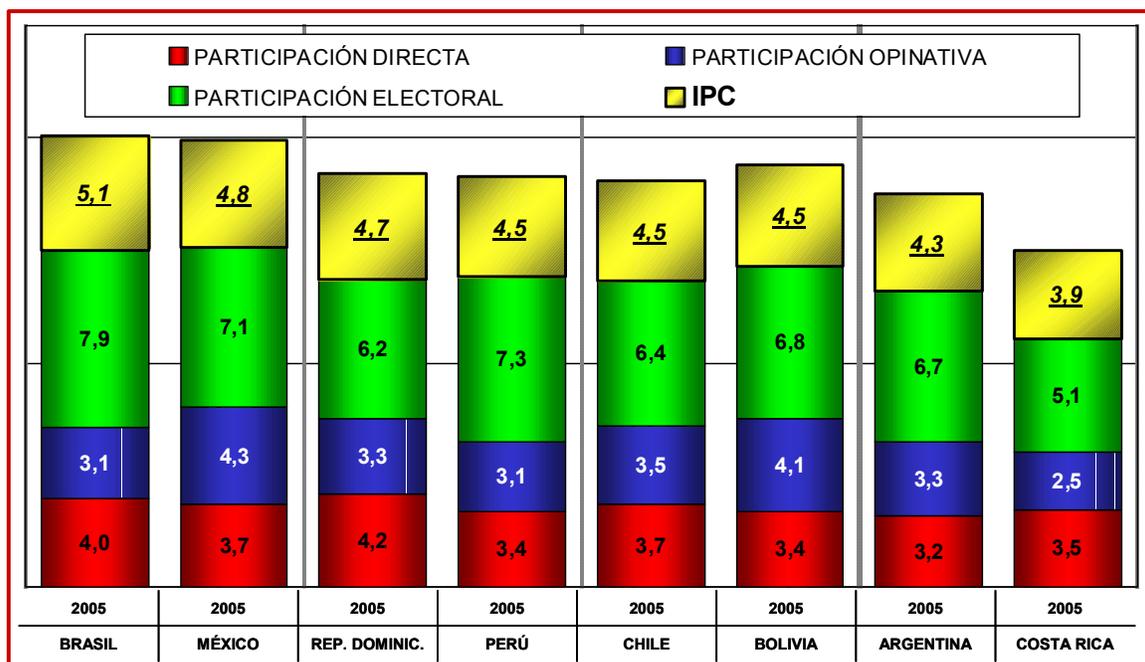
Nestes casos os cidadãos se expressam no coletivo mediante um procedimento regado, e onde os níveis de participação indicam também níveis de compromisso, de interesse e de informação sobre os problemas da sociedade. Sua predisposição a participar de eleições e sua inclinação por participar de processos como internas abertas de partidos políticos, assinar para iniciativas populares, participar de audiências públicas ou reuniões de orçamentos participativos nos mostram a inclinação para este tipo de atividades participativas.

No caso da participação direta só República Dominicana - 4.2 - e Brasil- 4.0- superam os 4 pontos e, em geral, os níveis alcançados por todos os países se diferenciam em uma margem escassa. O nível inferior de **participação direta** leva Costa Rica com 3.2 sobre 10 possíveis.

A participação opinativa encontra ao México- 4.3 - e Bolívia -4.1- com os valores mais altos e com um distância de menos um ponto em relação ao seguinte lote de países. Neste tipo de participação o nível mais baixo o alcança a Costa Rica, com somente 2.5 pontos sobre 10.

Índice de participação cidadã

Segundo Tipos de participação -Medições 2005



*El puntaje del IPC responde a una escala entre 1 (mínimo) y 10 (máximo)

Por último, a **participação em processos eleitorais** reflete valores médios superiores ao IPC e com uma maior heterogeneidade: destacam-se em um primeiro grupo, com mais de 7 pontos o Brasil -7.9- , Peru -7.3- e México -7.1-. No extremo

2.2.a. Participação Direta

Analisa-se a seguir as principais diferenças entre os componentes da participação direta.

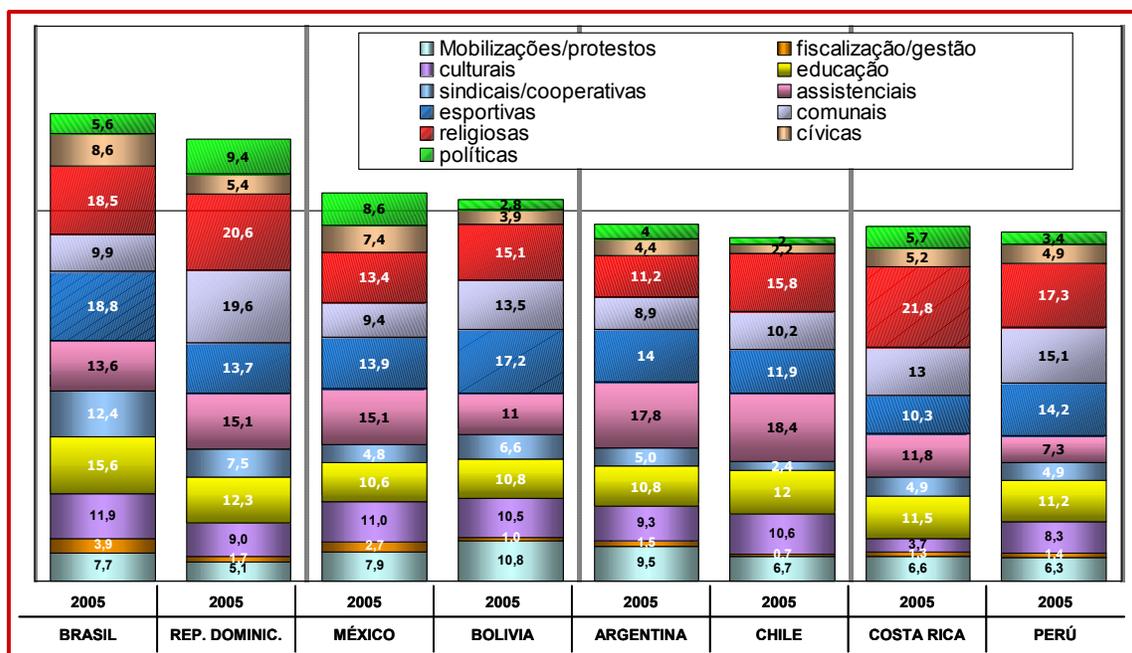
Entre estas atividades se relevaram a participação e/ou pertença ao seguinte tipo de atividade:

- Política: Partidos e movimentos políticos-

- Cívica: ONG dedicadas a temas de incidência coletiva como direitos humanos, meio-ambiente e democracia.
- Religiosa: Atividades em torno de organizações religiosas
- Comunais: Organizações comunais ou de bairros
- Esportivas: Clube ou organização esportiva
- Beneficência : Organizações de Beneficência ou redes solidárias
- Sindical: Sindicatos, cooperativas ou colégio profissional
- Educativa: Associações vinculadas à educação dos filhos, grupo de formados ou associações de estudantes.
- Cultural: Organizações artísticas-
- Gestão e Controle: Atividades vinculadas ao controle gestão de governo-
- Manifestações e mobilizações

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE REALIZA ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO DIRETA

Segundo tipo de atividade ou organização onde participa



Base: Total entrevistados

Existem algumas diferenças e semelhanças entre as sociedades estudadas:

Em República Dominicana a participação ligada a instituições religiosas-20.6- , ao igual a na Costa Rica 21.8, no Brasil -18.5- e no Peru 17.3, geram os maiores indicadores de participação.

O Brasil por sua parte apresenta o maior número de pessoas vinculadas em atividades em torno do esporte 18.8, que é depois do fator religioso o interesse que gera maior participação. Embora aqui se destaca a participação em atividades sindicais especialmente por seu contraste respeito ao resto dos países.

Na Argentina, as atividades de beneficência-17.8- ao igual a no Chile 18.4, são os âmbitos de interesse que geram maior participação, inclusive por sobre a participação religiosa ou esportiva.

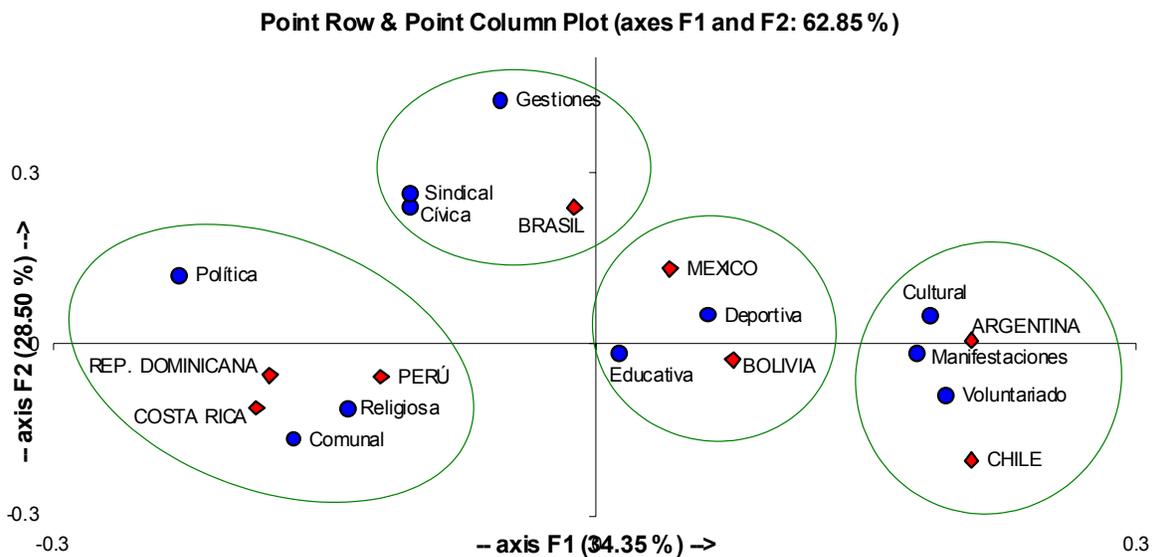
As sociedades com maior quantidade de pessoas que participam de mobilizações e marchas guias de ruas, são a Bolívia -10.8- e a Argentina -9.5-.

No México, junto ao Brasil são especialmente destacáveis os níveis de participação no âmbito da cultura.

No seguinte gráfico se podem observar estes perfis da participação social, agrupados em torno de sua correspondência estatística em relação aos níveis de participação.

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO DIRETA

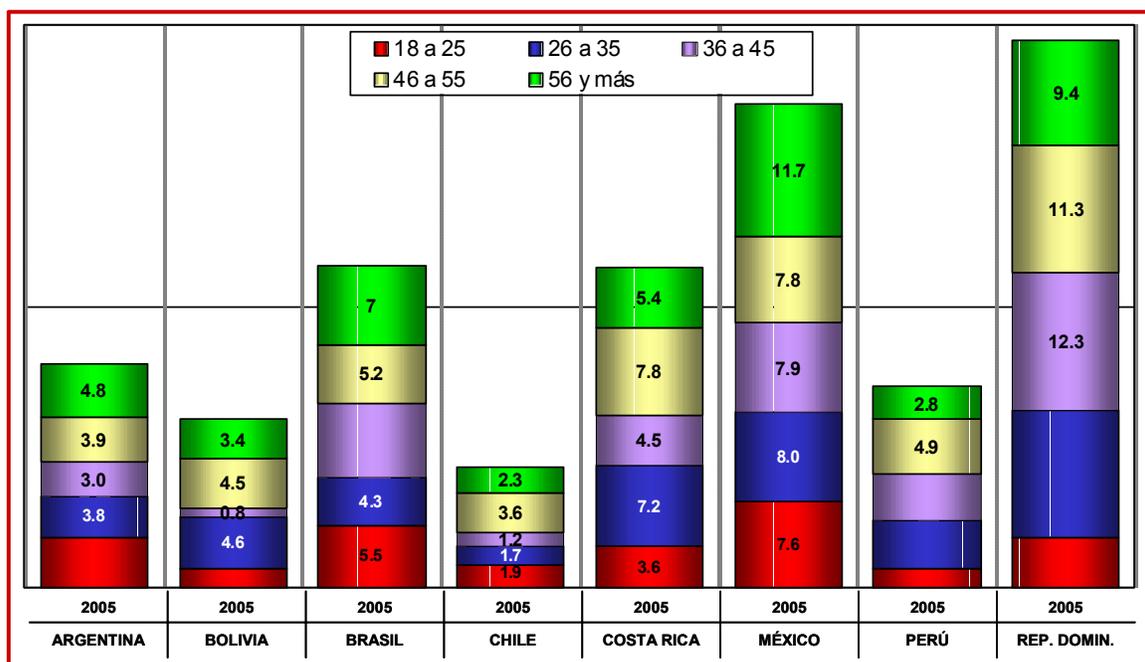
Segundo país - análise de correspondência



No caso da participação em partidos políticos, em geral é muito baixa, em nenhum dos casos supera o 10%. Mas se podem identificar três grupos de países com características diferenciadas: um grupo integrado por República Dominicana- 9.4- e México -8.6-, seguidos por um segundo grupo integrado pelo Brasil -5.8- e Costa Rica -5.6-, e o terceiro grupo que apresenta os valores mais baixos, integram-no a Argentina -4.0- , Peru -3.4-, Bolívia - 2.8-, fechando o Chile com apenas 2% de sua população participando deste tipo de instituições.

Cabe destacar que na maioria dos casos são as pessoas do grupo de idade de 56 e mais que mais se envolvem com a participação direta em política, ao igual que os setores de maiores níveis de ingressos, exceto em República Dominicana e México, onde esta última diferença não se apresenta.

Porcentagem da população que pertence ou participa em atividades de âmbito político como um partido ou movimento político Segundo idade

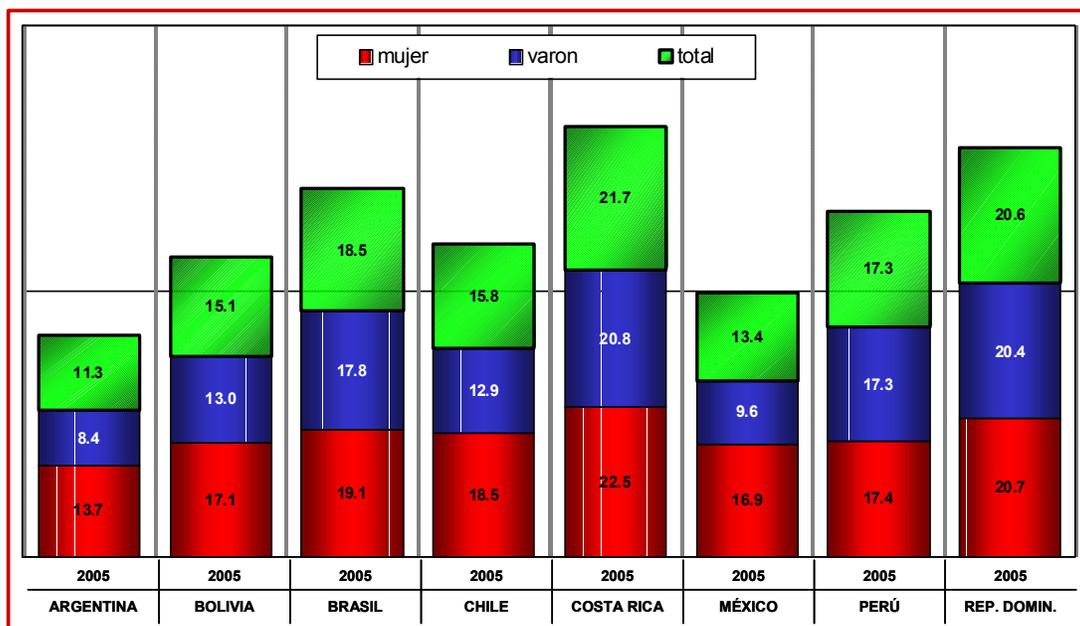


Base: Total entrevistados

A participação em associações cívicas de defesa do interesse geral ou interesses coletivos encontra seus maiores algarismos no Brasil com 8.8 pontos e México com 7.4.

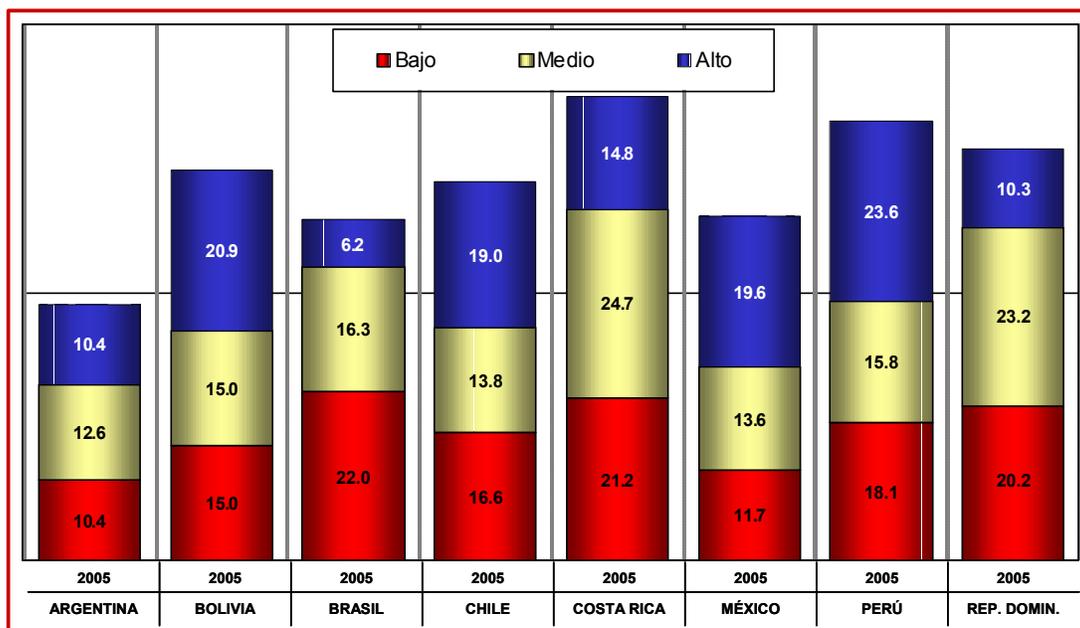
Com respeito à atividades em torno de alguma organização religiosa não se observam diferenças substanciais ao momento de considerar as variáveis de gênero exceto nos casos da Argentina e México onde as mulheres dobram aos homens em número de participantes. Por outra parte, destaca-se que no Brasil, República Dominicana e Costa Rica este componente alcança maiores níveis em setores de ingressos mais baixos.

Porcentagem da população que pertence a organizações ou participa em atividades de âmbito religioso como: atividades de igreja, pastoral, coro de igreja total e segundo sexo



Base: Total entrevistados

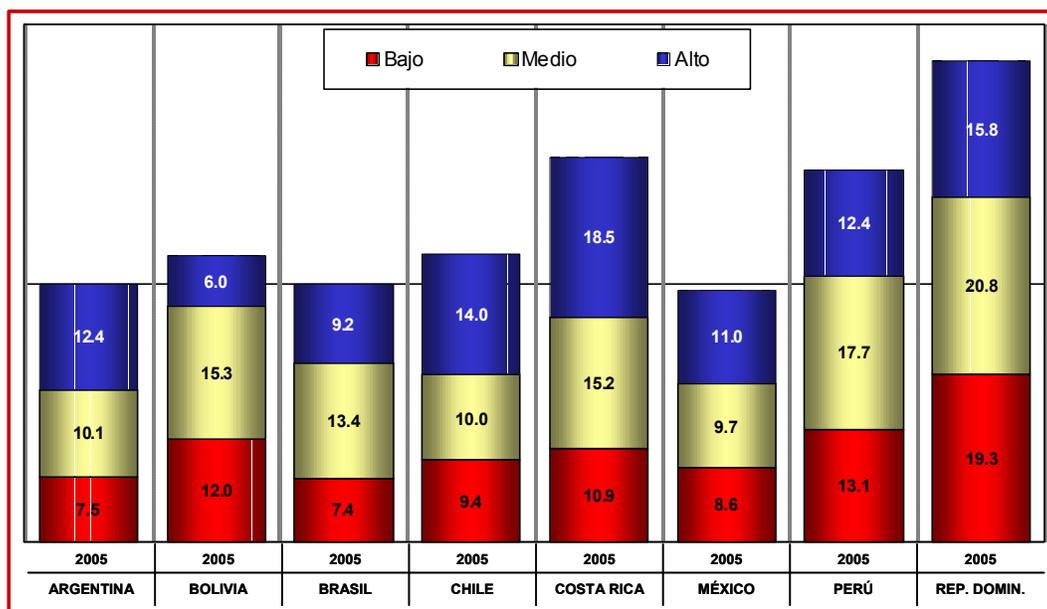
Porcentagem da população que pertence a organizações ou participa em atividades de âmbito religioso como: atividades de igreja, pastoral, coro de igreja segundo NSE



Base: Total entrevistados

No caso das atividades nas comunidades ou bairros, República Dominicana com 19.6% encabeça o ranking. A participação comunal também é muito heterogênea segundo os grupos sociais agrupados por ingressos. No Chile, por exemplo, são os grupos do nível mais alto os que mais participam e no Peru é predominante a participação no nível médio.

Porcentagem da população que pertence ou participa em organizações comunitárias, do bairro ou sua cidade como: associações de vizinhos segundo NSE

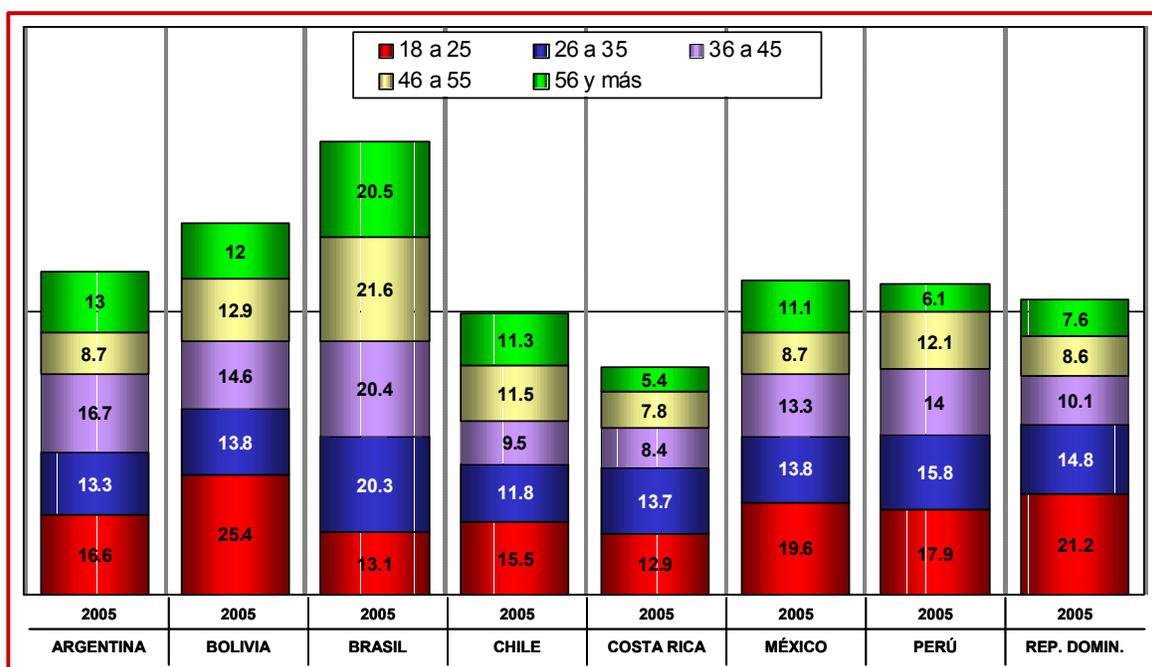


Base: Total entrevistados

A atividades esportivas encontram seu ponto máximo de participação no Brasil com 18.8%, seguido por 17.2% da Bolívia. Nesta atividade os maiores índices se encontram entre os jovens de entre 18 e os 25 anos.

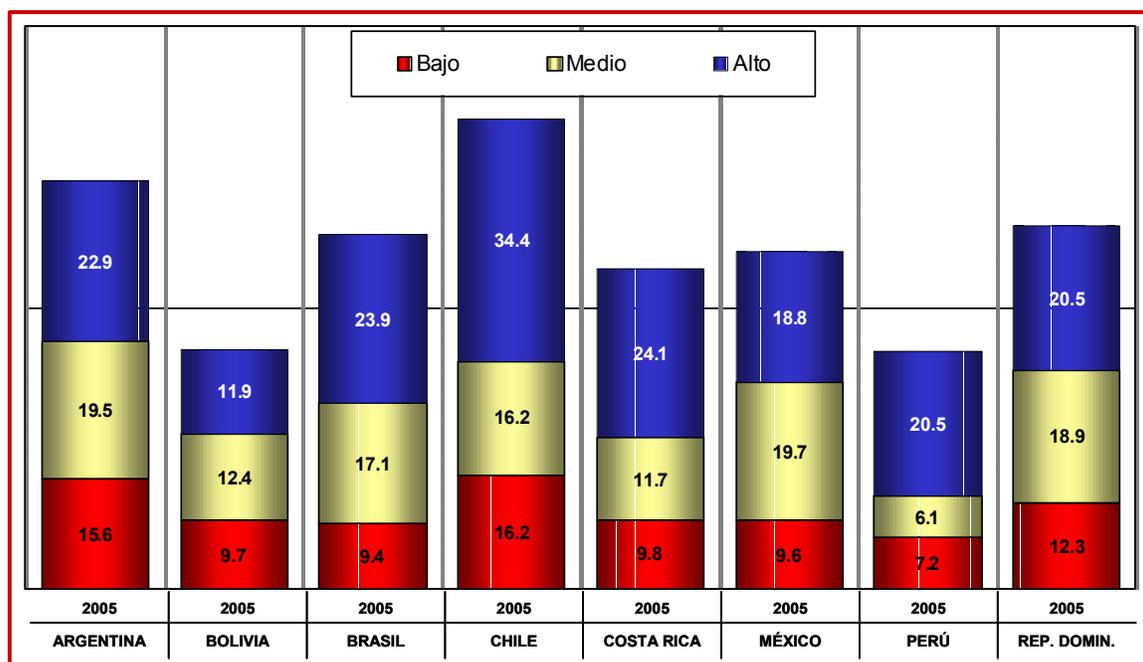
No caso de atividades de beneficência ou assistência, Argentina 17.8 e Chile 18.4 apresentam os maiores valores, seguidos do México e República Dominicana com valores próximos a 15.0. Este componente do IPC apresenta importantes diferenças de acordo ao grupo de idade. Em alguns casos como o de República Dominicana prevalece a juventude com 21.2% de participação entre os 18 e os 25 anos; em outros como o caso do Brasil, prevalece a atividade de 46 a 55 anos, com um índice de 21.6%. Nas atividades de beneficência também o nível sócio-econômico alto tem maior envolvimento. Destaca-se o Chile com 34.4% de participação.

Porcentagem da população que coopera, pertence ou participa em alguma atividade assistencial ou de beneficência segundo idade



Base: Total entrevistados

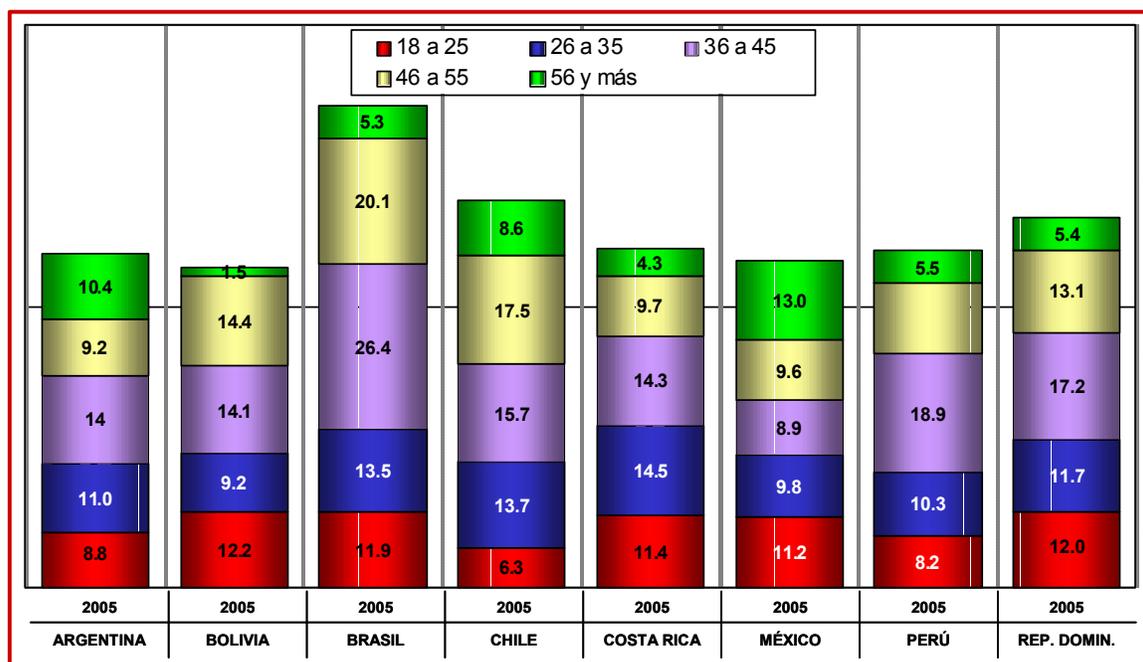
**Porcentagem da população que coopera, pertence ou participa em alguma atividade assistencial ou de beneficência
SEGUNDO NSE**



Base: Total entrevistados

Em torno das atividades de participação vinculadas a instituições educativas, o maior protagonismo se observa entre os indivíduos de 36 a 45 anos. No Brasil chega a sua máxima expressão, com 26.4% deste grupo declarando uma participação a respeito.

Porcentagem da população que pertence ou participa em atividades de apoio à educação tais como centros de pais ou de alunos formados segundo idade



Base: Total entrevistados

As atividades de tipo cultural encontram no Brasil com 11.9% e México com 11.1%, os maiores indicadores. Seguem-nos o Chile 10.9% e Argentina 9.1%. No extremo oposto, Costa Rica tem a pior performance neste item com 3.1%.

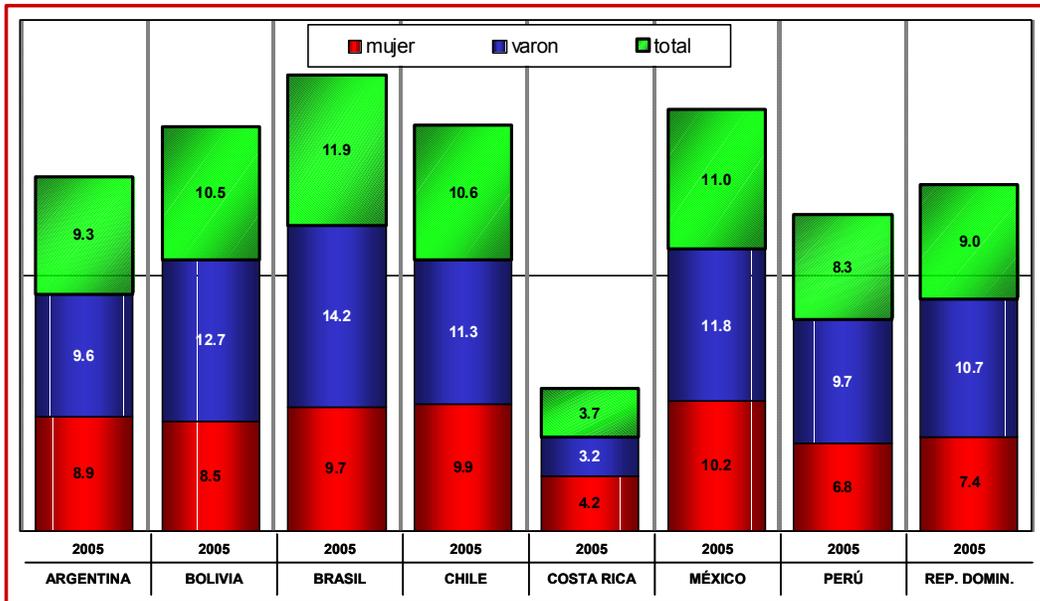
A participação em âmbitos culturais apresenta maiores níveis entre homens que entre mulheres. Tal é o caso do Brasil, por exemplo, onde 14.2% de homens realizam esta atividade frente a 9.7% das mulheres.

A juventude também adquire maior protagonismo nas atividades culturais, por mencionar o caso do México, onde alcança a 19.4% deste grupo.

Na maioria de casos as diferenças entre níveis socioeconômico também é importante. Por exemplo, na Argentina, enquanto 20.6% do nível de ingressos altos dizem participar de atividades culturais, este algarismo descende a 9% do grupo médio, e a 7.2% entre os setores de nível socioeconômico mais baixo. O

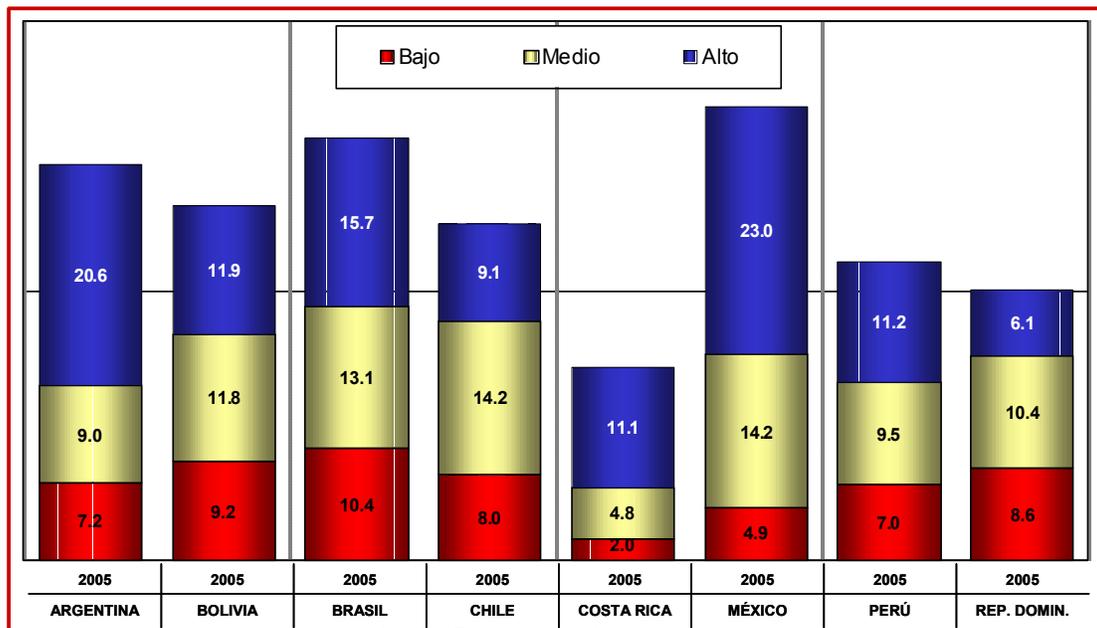
mesmo acontece no México, onde o setor mais alto alcança a 23% frente a 4% nos setores baixos.

Porcentagem da população que pertence ou participa em atividades artísticas ou culturais Não remuneradas (amigos da arte, coros, grupos musicais ou de teatro) total e segundo sexo



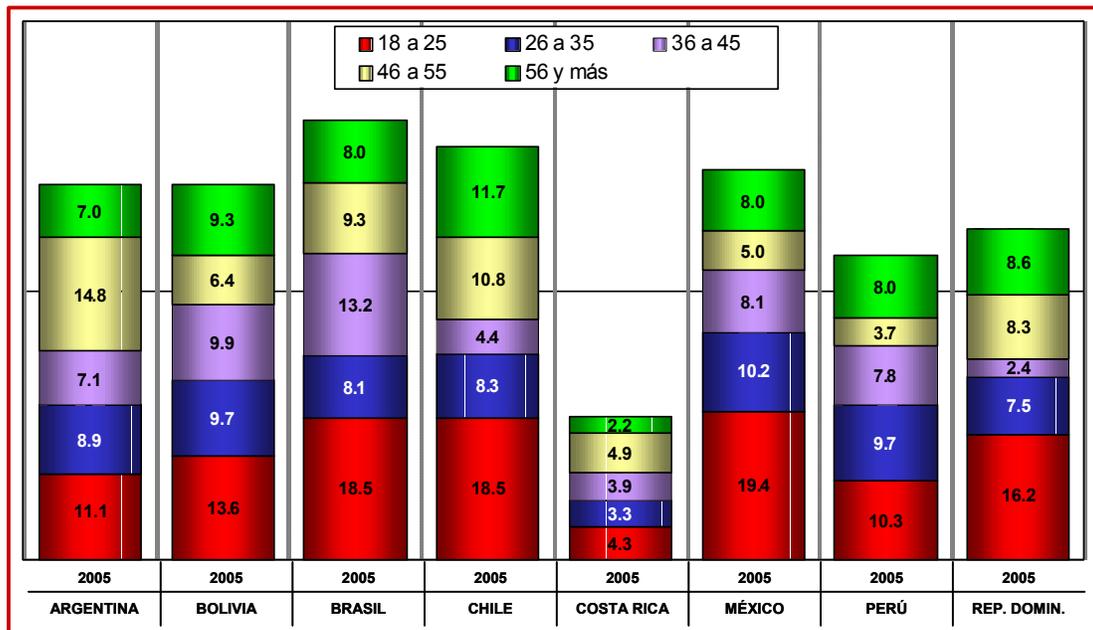
Base: Total entrevistados

Porcentagem da população que pertence ou participa em atividades artísticas ou culturais Não remuneradas (amigos da arte, coros, grupos musicais ou de teatro) segundo NSE



Base: Total entrevistados

Porcentagem da população que pertence ou participa em atividades artísticas ou culturais Não remuneradas (amigos da arte, coros, grupos musicais ou de teatro) segundo idade



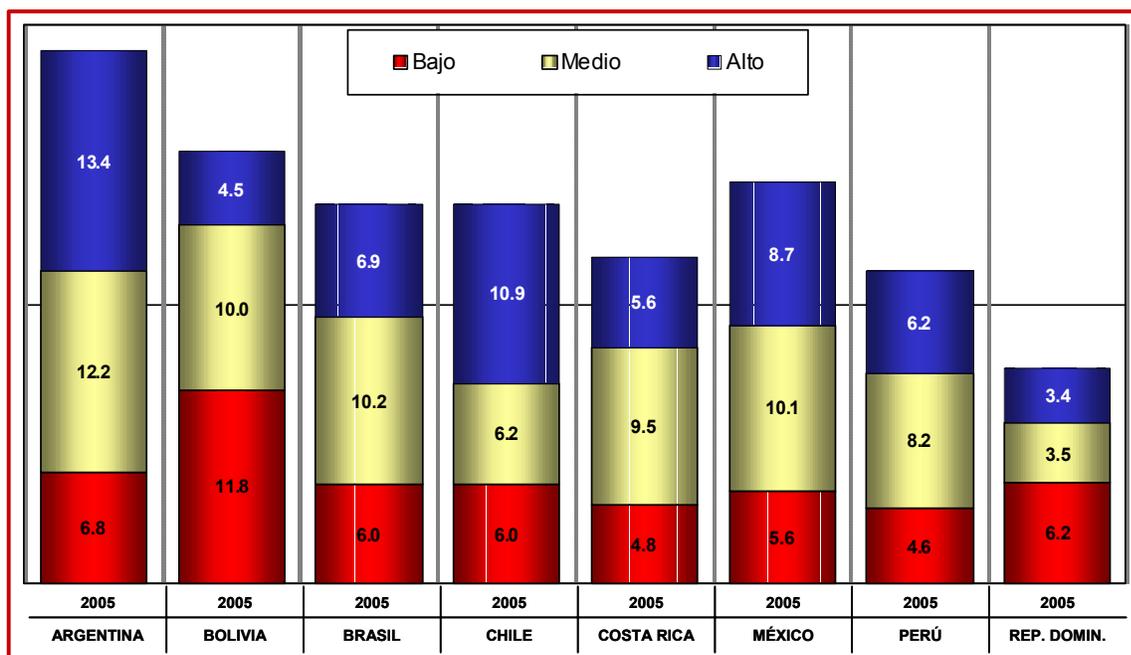
Base: Total entrevistados

A atividade sindical tende a ser baixa nos oito países; entretanto, no Brasil consegue 12.4% de participação, o qual em termos comparativos adquire muita relevância.

Os níveis de participação em atividades de gestão e controle governamental não parecem ser relevantes. Têm seu pico máximo no Brasil com somente 3.9%. Neste caso também sobressaem os setores de nível socioeconômico alto, onde, por exemplo, no Peru chegam a 11.1% de participação.

Por último, o país mais mobilizado em manifestações de ruas atualmente é a Bolívia com 10.8%, seguido da Argentina- 9.6%-. Neste segundo caso se destaca a participação de setores de nível socioeconômico altos e médios -13.4 e 12.2%- , em troca, na Bolívia, destacam-se reclamos compostos por setores de ingressos

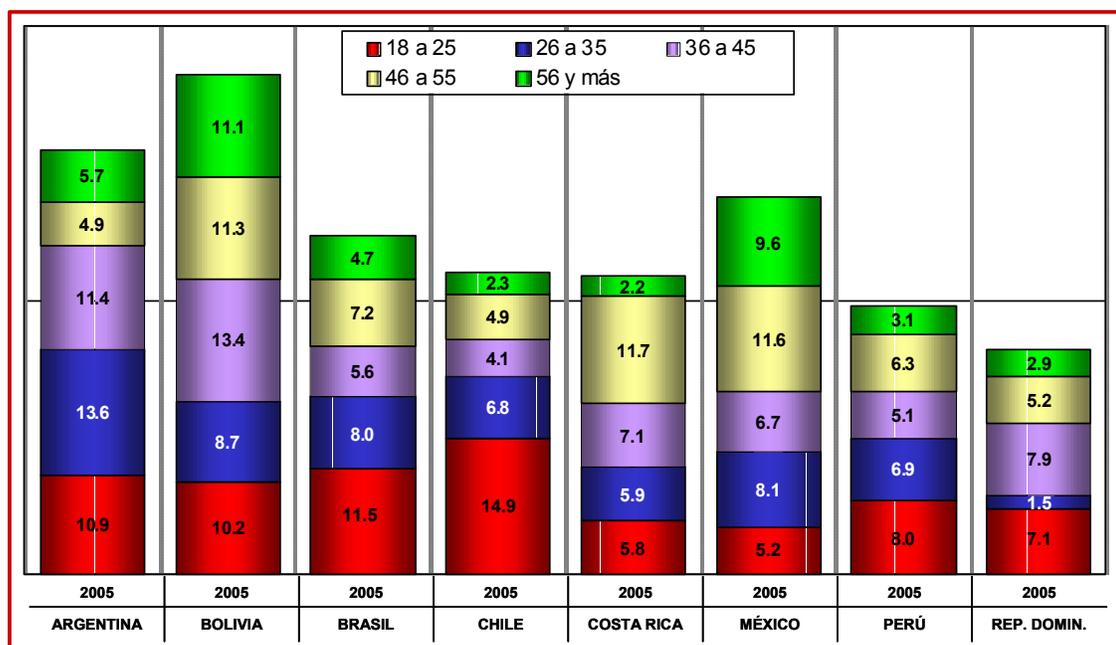
**Porcentagem da população que participou nos últimos 12 meses em mobilizações ou manifestações públicas tais como: greves, marchas ou protestos de rua
Segundo NSE**



Base: Total entrevistados

baixos a médios -11.8 e 10%-. Não se observam importantes diferenças de gênero neste tipo de atividades, exceto no México onde existe um maior número de homens. Em relação à idade também é bastante variada a participação em manifestações. Enquanto que na Argentina aparece como um fenômeno homogêneo, no Chile se observa um considerável maior participação juvenil ou no México se incrementa nos grupos de idades mais amadurecidas.

Porcentagem da população que participou nos últimos 12 meses em mobilizações ou manifestações públicas tais como: greves, marchas ou protestos de rua segundo idade



Base: Total entrevistados

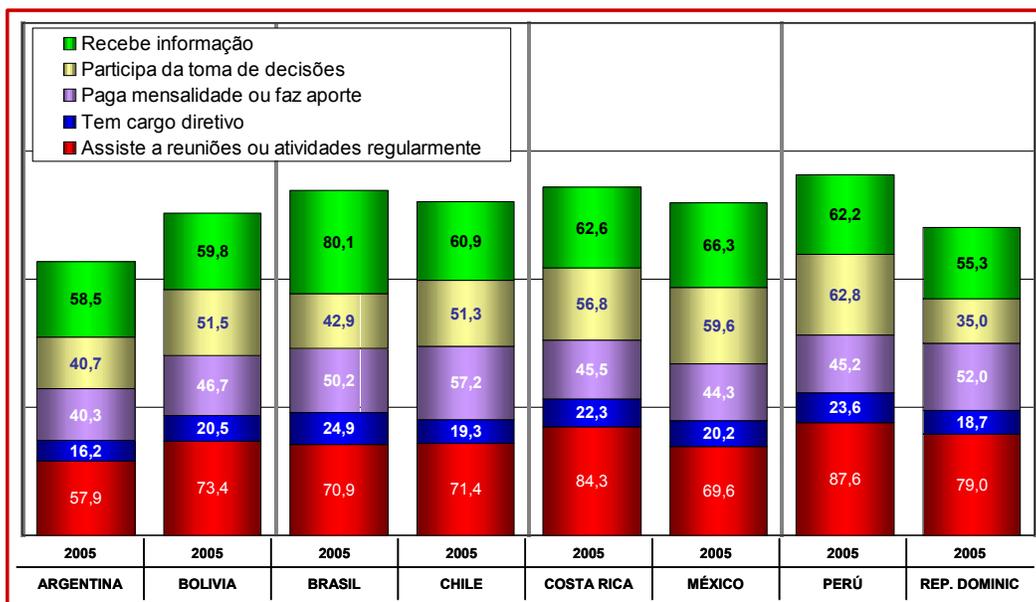
A intensidade de participação em cada uma das atividades mencionadas foi utilizado pelo IPC para ponderar o envolvimento e a dedicação com que cada entrevistado realiza sua intervenção. Para a maioria dos países considerados a intensidade de participação tende a estar limitada basicamente a receber informação e assistir a reuniões. Entretanto, a participação na toma de decisões supera em grande parte dos casos 40% entre quem conta com algum tipo de participação cidadã direta, chegando em algum deles, como o Peru ou México a envolver perto de 60% dos participantes.

O acesso a cargos diretos dentro das organizações se encontra entre 15 e 20%, destacando-se o Brasil e Peru, que alcançam 24.9 e 23.6% respectivamente entre quem conta com algum tipo de participação. Finalmente, os índices de contribuição voluntário ou pagamento de mensalidades chegam a maior penetração nos casos do Chile e Dominicana, inclusive superando em

percentagem de população a quem assume responsabilidades na toma de decisões.

Intensidade total da participação direta

Em percentagem da população que realiza a atividade – Por país – medição 2005

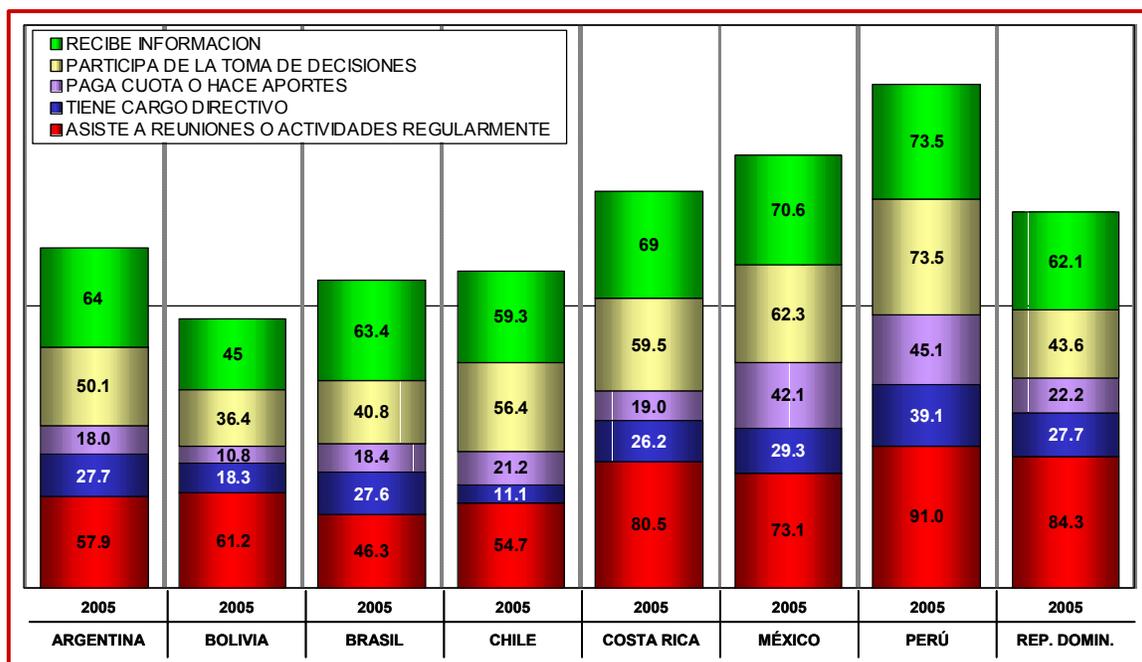


Base: Total entrevistados que participam

A intensidade no âmbito político se caracteriza fundamentalmente pela assistência a reuniões, embora com percentagens que não revistam superar por muito 50%. Peru é possivelmente a única exceção, onde o nível de participação regular na atividade alcança 91%, demonstrando um maior envolvimento nestas questões.

INTENSIDAD DE LA PARTICIPACIÓN DIRECTA:

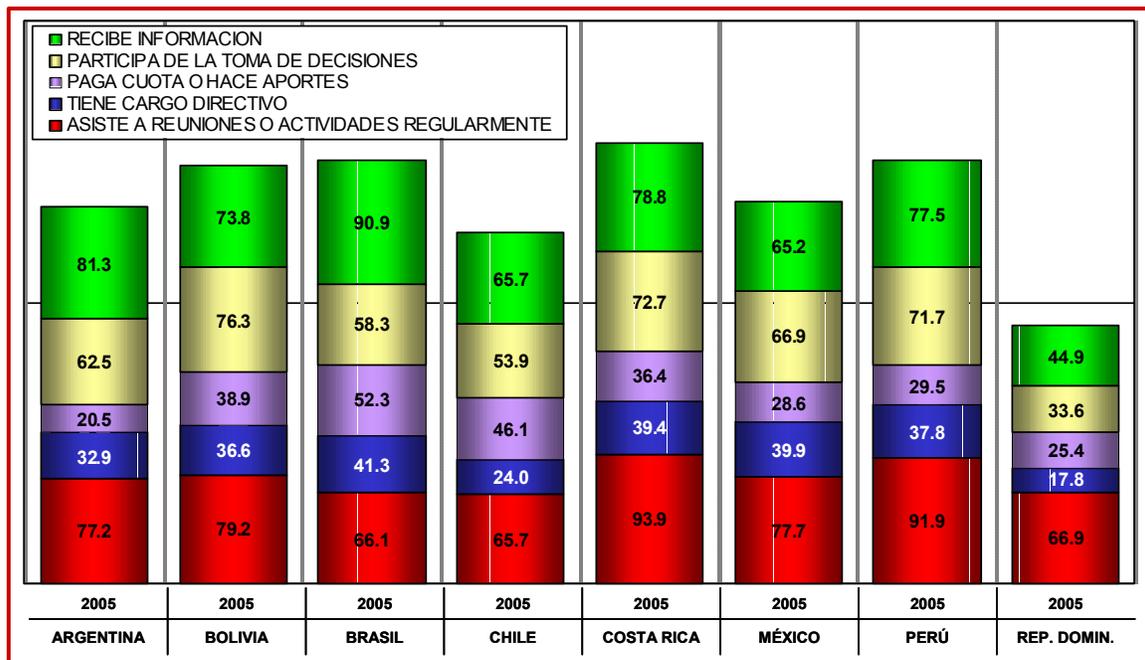
1. POLÍTICA EN PORCENTAJE DE LA POBLACION QUE REALIZA LA ACTIVIDAD



Base: Quienes participan en actividades vinculadas a organizaciones políticas

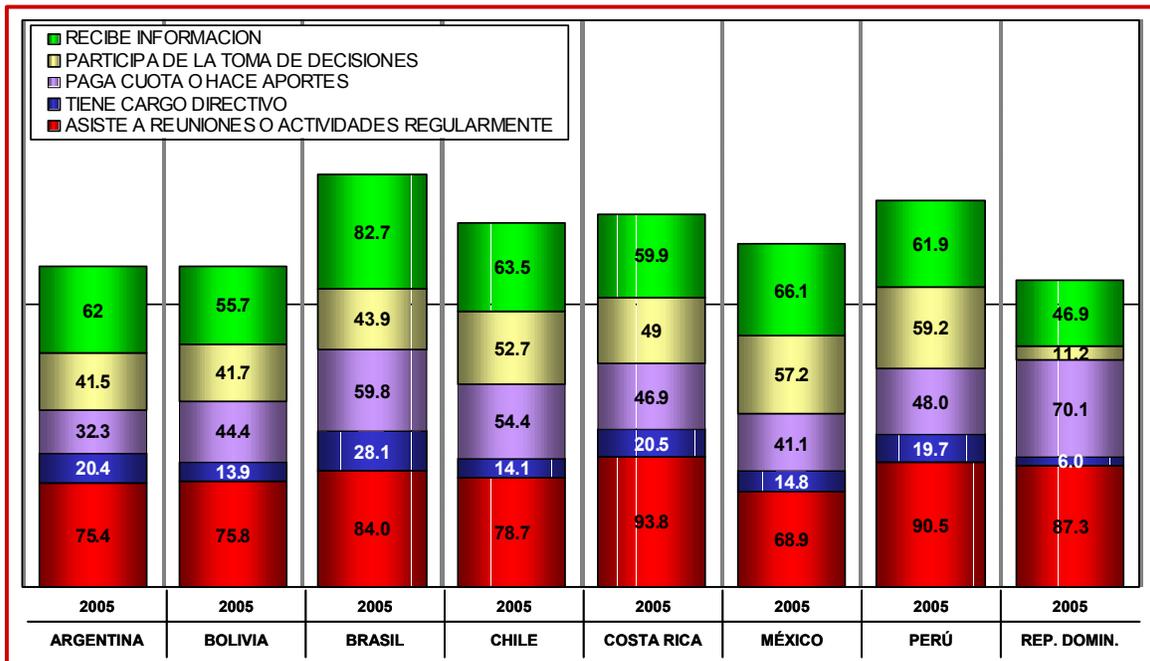
No caso das atividades cívicas, prepondera receber informação por sobre qualquer outro tipo de envolvimento. Na atividade religiosa prevalece a assistência a reuniões, com uma percentagem máxima de 93.8 em Costa Rica. O mesmo acontece nas atividades comunais, onde sobressai a assistência a reuniões, destacando-se a Costa Rica com uma percentagem de 96.4%. Neste mesmo país, entretanto, a participação na toma de decisões sobressai notoriamente respeito ao resto de países, alcançando 79.8% de quem tem intervenção em organizações de atividade comunal.

Intensidade total da participação direta: 2. Cívica Em porcentagem da população que realiza a atividade



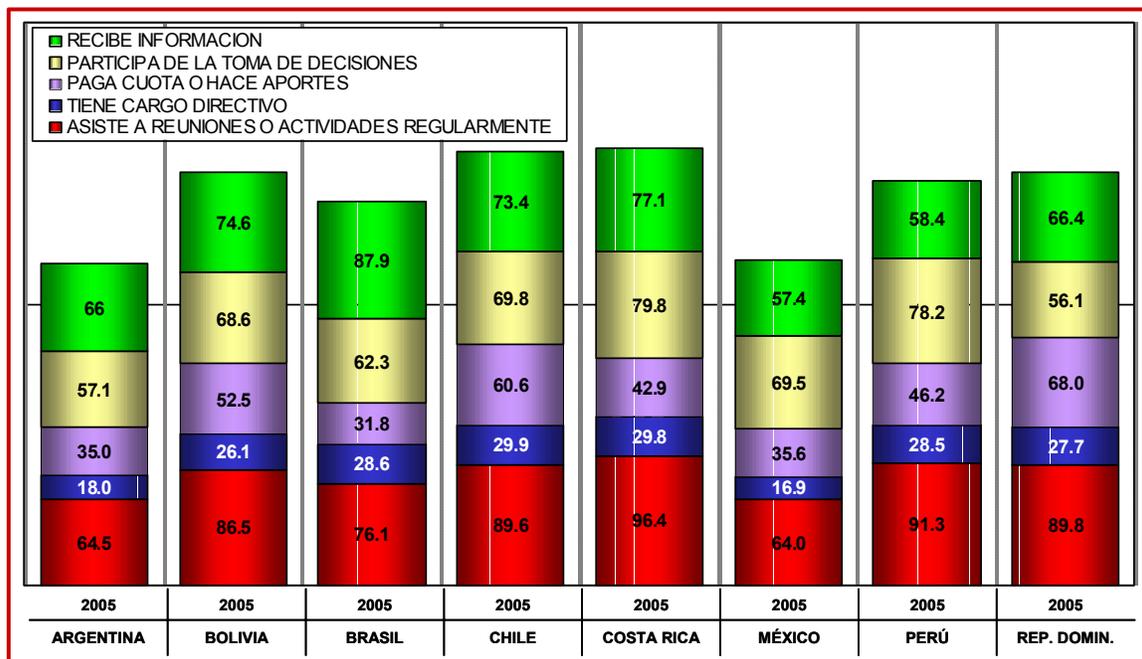
Base: Quienes participan en actividades vinculadas a organizaciones cívicas

Intensidade da participação direta: 3. Religiosa em porcentagens da população que realiza a atividade



Base: Quienes participan en actividades vinculadas a organizaciones religiosas

Intensidade da participação direta: 4. COMUNAIS em porcentagens da população que realiza a atividade

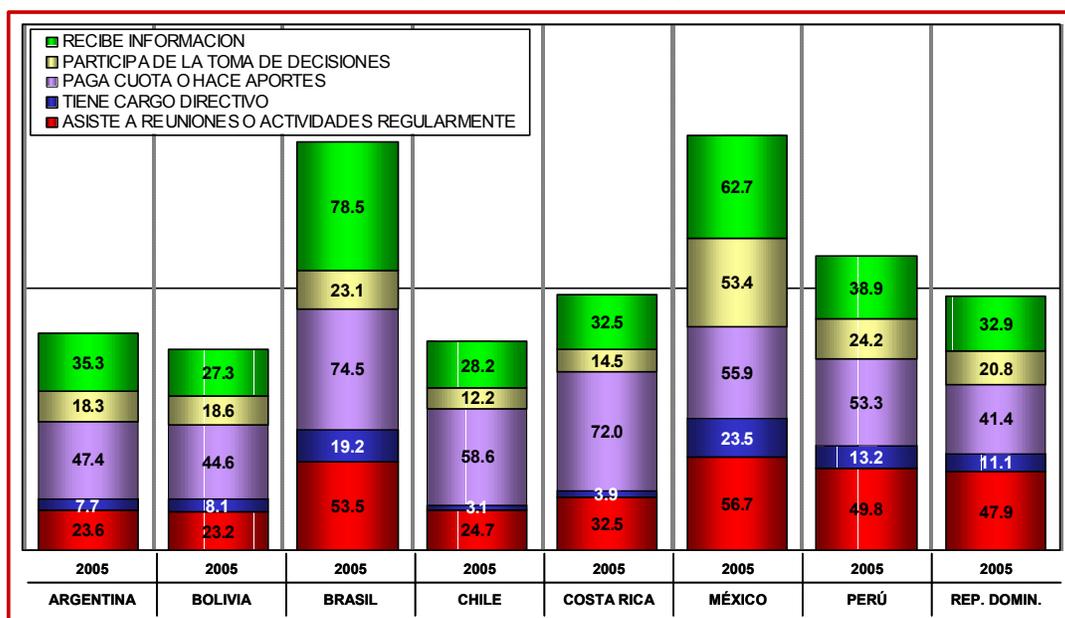


Base: Quienes participan en actividades vinculadas a organizaciones comunales

Entre as atividades de beneficência prepondera uma atitude mais passiva, como realizar contribuições, e em menor medida receber informação e assistir a reuniões. Neste âmbito, a participação na toma de decisões é muito baixa, à exceção do México onde alcança percentagens próximas a 70%.

Intensidade da participação direta:

6. Beneficência em porcentagens da população que realiza a atividade



Base: Quienes participan en actividades vinculadas a organizaciones de beneficencia

2.2.b. Participação opinativa

Tal como se destacava anteriormente, México, Bolívia e Chile são os países com maiores níveis de participação opinativa entre os países estudados da região.

O mais destacável neste aspecto é o nível de participação em consultas ou pesquisa de opinião pública. Este tipo de participação é altamente freqüente na maioria dos casos e alcança sua maior penetração no México com 51.4% da população e seus menores índices no Brasil e República Dominicana (27.7 e 28.4%).

A segunda instância de participação opinativa mais utilizada é compartilhada pelo contato com meios de comunicação através de artigos ou cartas e o contato com programas de rádio e TV. Ambos os mecanismos são predominantes no México em relação ao resto dos países.

Os contatos ao governo através de visitas pessoais, correios eletrônicos, cartas ou outros meios não chega a envolver a muito mais de um de cada dez entrevistados em nenhum dos países estudados. Destaca-se neste aspecto a utilização de meios informáticos no Chile e México em comparação a outros países como a Costa Rica e República Dominicana, onde se constata maior atraso em relação à utilização de novas tecnologias de acesso à informação e a comunicação.

Porcentagem da população que realiza diferentes tipos de participação opinativa

Segundo país – em porcentagens

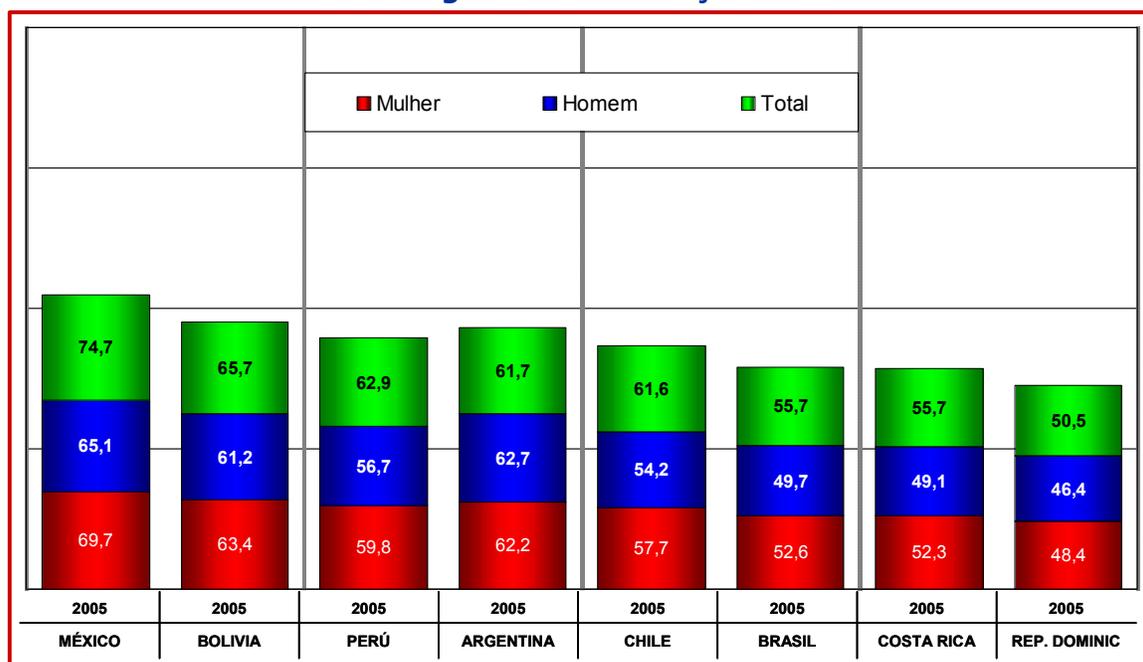
	ARGENTINA	BOLIVIA	COSTA RICA	CHILE	MEXICO	PERU	REP. DOMIN.	BRASIL
Enviar artigos	22.1	20.8	13	21	27.7	19.6	18.3	23.5
Contatar algum problema	21.5	29.6	16.3	19.7	28.7	20.5	26.3	14.7
Votar artistas	8.4	12.3	6.6	11.6	25.7	8.7	15.8	18.2
Contatar ao governo: sítio web	40.2	40	36.7	36.4	51.4	41.7	28.4	27.7
	8.7	12.2	4.9	10.9	14.3	9.4	3.8	13
Contatar al gobierno: correio	9.6	11.6	3.2	9.8	11.7	8	5.1	11.2
Contatar al gobierno: envío de cartas	15	16.2	11.8	14.5	15.6	13.9	11	12.1
	10.2	15.2	7.1	10.2	12.1	8	8.8	2.9
Contatar al gobierno: contatar	2.9	3.1	2.2	1.8	9.8	0.6	1.2	7.3

Base: Total entrevistados

Existem algumas diferencia interessantes de acordo às características sócio-demográficas da população em relação à participação através de canais de opinião. No envio de cartas e contatos com meios de comunicação prepondera a participação masculina e se incrementa com a idade. Pelo contrário, a participação em votos por artistas favoritos é uma atividade escolhida pelas mulheres. Esta

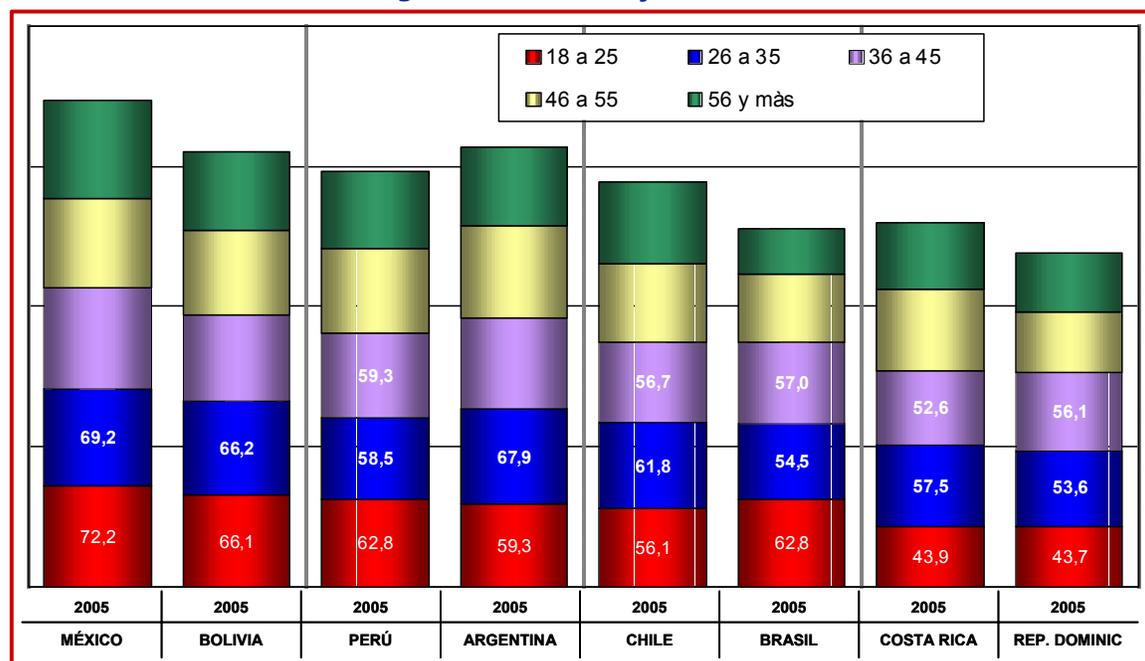
última atividade também é praticada em maior medida pelos jovens de entre os 18 e os 25 anos respeito ao resto dos grupos. Os contatos eletrônicos alcançam maior participação entre homens, chegando a duplicar-se em alguns casos como no Chile e entre os mais jovens. No que diz respeito a visitas a repartições públicas também são mais os homens quem alcança maiores níveis de participação, com uma diferença máxima na Argentina de seis pontos percentuais entre ambos grupos. Nesta atividade prepondera uma participação de idades intermédias.

Porcentagem da população que realiza atividades de participação opinativa Total e segundo sexo medição 2005



Base: Total entrevistados

Porcentagem da população que realiza atividades de participação opinativa segundo idade medição 2005

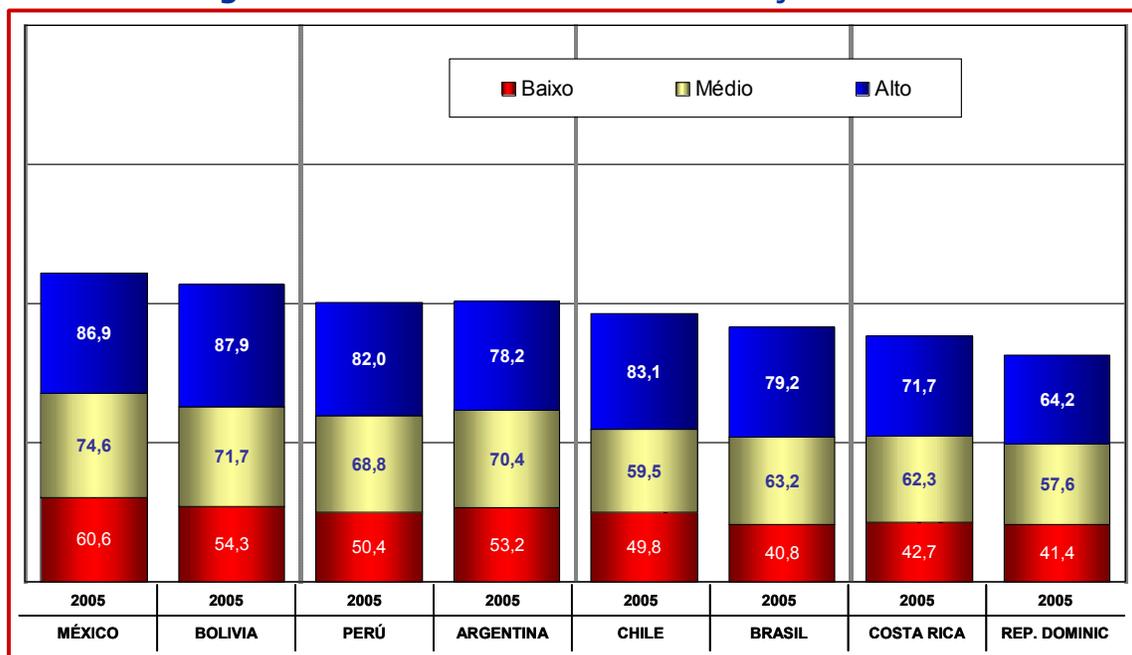


Base: Total entrevistados

Em relação às diferenças por nível socioeconômico cabe fazer uma menção especial, já que é neste componente onde se observam as maiores brechas de participação entre os setores extremos. Esta diferença alcança os 30 pontos percentuais na maioria dos casos, chegando quase a duplicar-se em uma grande parte deles. Enquanto que alcança níveis de participação superiores entre 70 e 80% entre os setores de nível socioeconômico alto, geralmente se encontra entre 40 e 50% para os setores menos ricos.

Porcentagem da população que realiza atividades de participação opinativa

Segundo nível socioeconômico – medição 2005



Base: Total entrevistados

2.2.c. Participação eleitoral

A participação em processos eleitorais alcança valores significativamente mais altos aos dos outros dois componentes que integram o IPC em todos os países sem exceção.

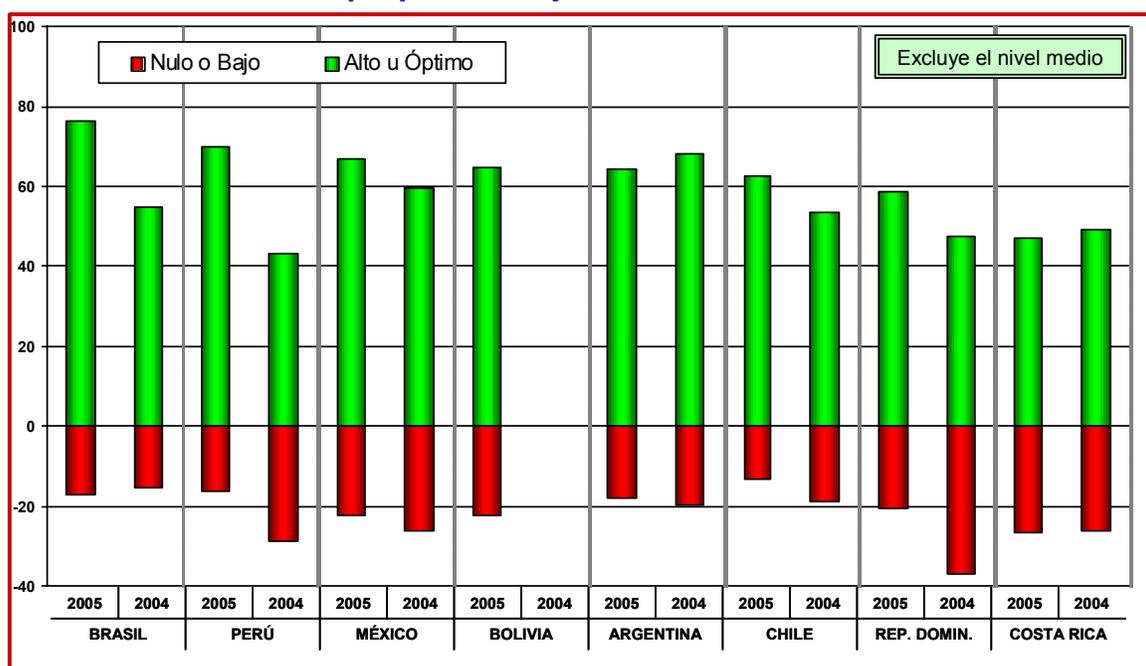
Entretanto, sua medida não se distribui de maneira homogênea em toda a região. Como se viu, Brasil, Peru e México se destacam em um primeiro lugar com mais de 7 pontos sobre 10 possíveis distanciando-se da Argentina, Chile, Bolívia e República Dominicana, com valores entre 6 e 7 pontos, e da Costa Rica, onde os pontos descendem a um valor próximo a 5.

Em geral, a predisposição a assistir às próximas eleições presidenciais é alta. Em tal sentido, cabe afirmar que as regras e procedimentos do sistema democrático

gozam de uma aceitação social em forma alguma afetada pelas crises de eficiência do sistema em seu conjunto.

Níveis de participação eleitoral

em porcentagens e excluindo os níveis intermédios
por país – medições 2004 e 2005



Base: Total entrevistados

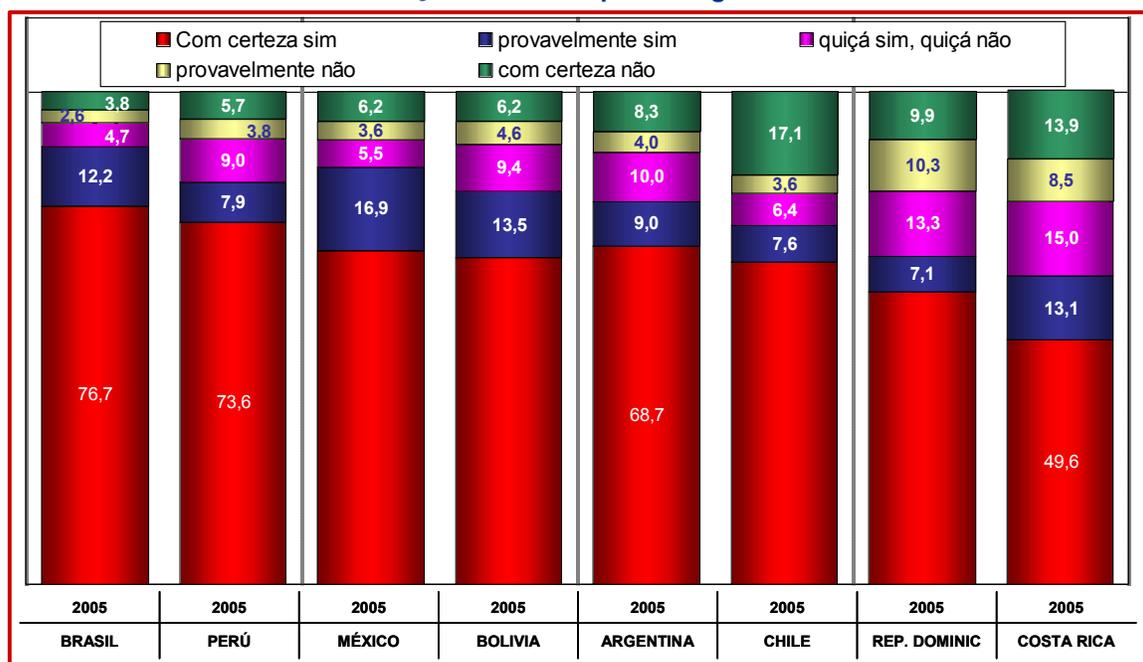
Esta informação resulta consistente com fontes complementares dedicadas a analisar a performance do sistema democrático na Região. Até em países onde o funcionamento do sistema tropeça com dificuldades evidentes para seu desenvolvimento harmônico e no longo prazo, cresce a confiança da população no fato de que os problemas da democracia só têm solução com um uso intensivo, contínuo e definitivamente incorporado das próprias instituições democráticas. O reclamo e as demandas contra o funcionamento do sistema se efetuam de uma posição de exigência cada vez maior de integridade e observância do próprio sistema democrático.

Entretanto, existem diferenças que merecem ser destacadas:

Cabe assinalar o caso do Chile, onde 17.1% da população responde que certamente não participará das próximas eleições, sendo um dos países que escolhe presidente no corrente ano. Este algarismo também é considerável na Costa Rica, onde alcança a 13.9% dos declarantes e em alguma medida menor, mas também importante em República Dominicana, onde a percentagem que declara que votará com absoluta segurança se encontra diminuído respeito ao resto.

Probabilidade de voto nas próximas eleições presidenciais.

Medição 2005 – em porcentagens



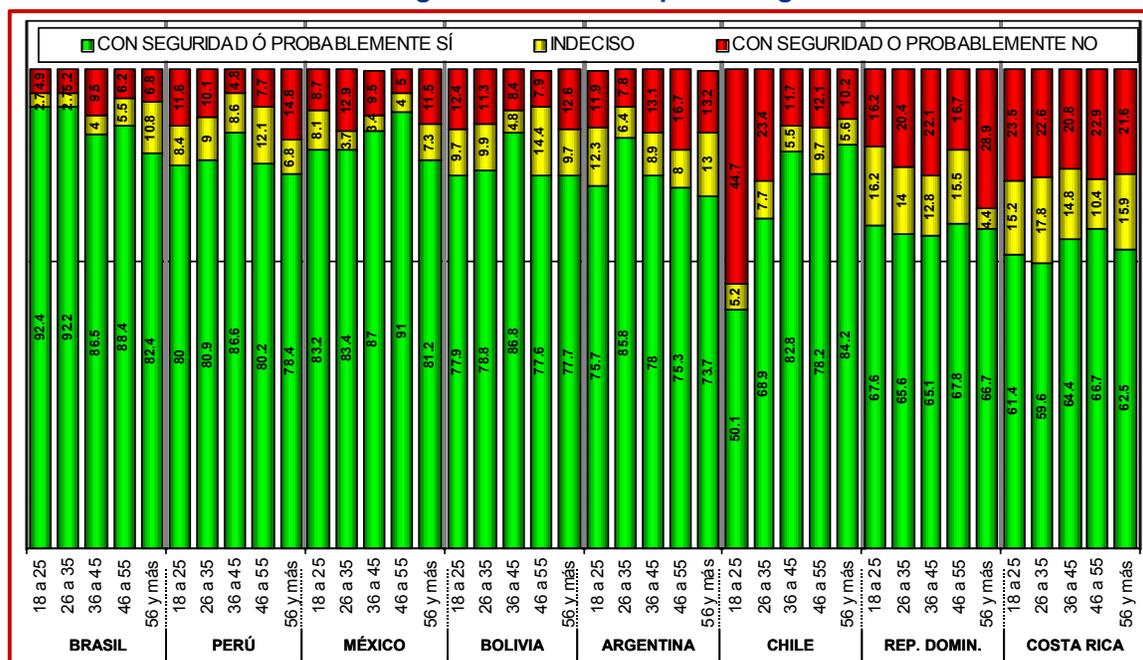
Base: Total entrevistados

No Chile, a situação descrita se apóia especialmente na diferenças de participação por idade. Tal como pode apreciar-se no gráfico, é notavelmente superior a percentagem de jovens entre 18 e 25 anos que com segurança ou

muito provavelmente não votará nas próximas eleições presidenciais (44.7%). Esta situação se vai atenuando quanto mais se incrementa a idade (28.4% entre 26 a 35 até descender a 10% entre os maiores de 56%), entretanto não deixa de ser um sinal de preocupação. No caso de Dominicana, pelo contrário, o principal problema pareceria radicar-se entre a população maior de idade, enquanto que na Costa Rica, a magnitude de não participação atravessa a todas as idade com igual intensidade.

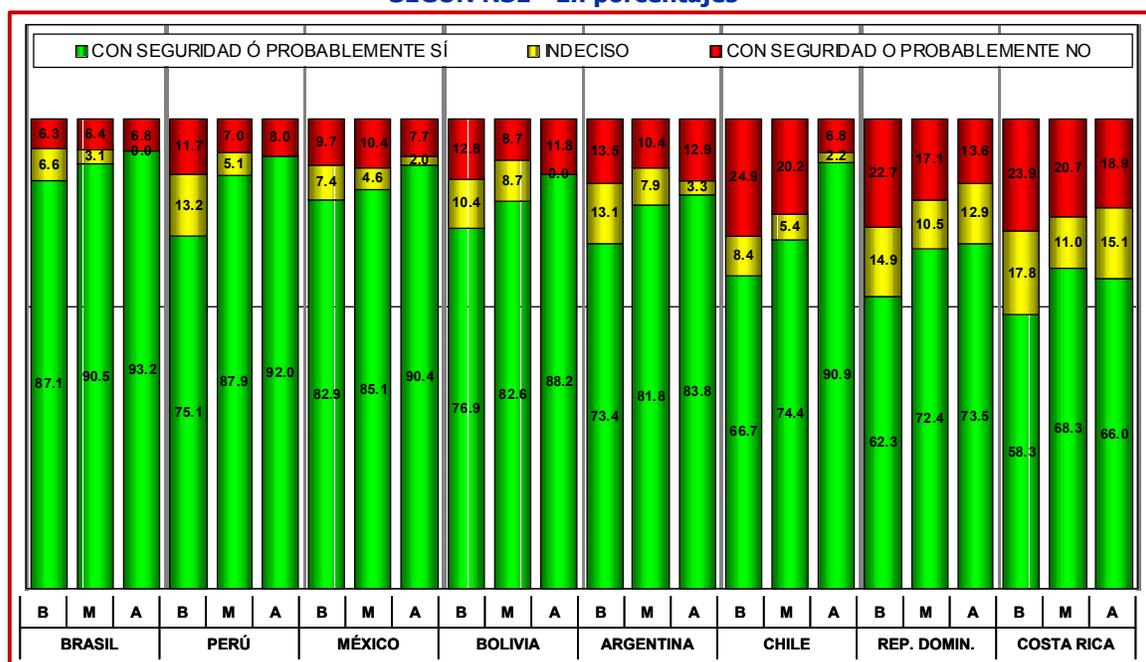
¿Qual é a probabilidade de que você vote nas próximas eleições presidenciais?

Total e segundo idade – em porcentagens



Base: Total entrevistados

¿Con qué probabilidad votará Ud. en las próximas elecciones presidenciales? SEGUN NSE - En porcentajes



Base: Total entrevistados

Também se constata uma menor predisposição a participar entre os setores de nível socioeconômico baixo, também com especial ênfase no Chile e República Dominicana.

Em relação à participação em outros mecanismos eleitorais como os da democracia direta ou semidireta - iniciativa popular-, assim como a possibilidade de envolver-se em maior medida nas vida dos partidos políticos e a seleção de seus candidatos através das denominadas internas abertas em suas diversas modalidades ou a discussão de assuntos públicos em audiências e nos processos de elaboração de orçamentos locais, destaca-se em um extremo pouco participativo Argentina com valores que em nenhum caso supera 40% e Chile onde só há um interesse considerável no caso das internas abertas (45.7%). No outro extremo, encontramos a sociedades como a boliviana e a peruana, dispostas a participar de todos os casos de maneira majoritária (valores superiores a 50 e até 60%) ou o caso de República Dominicana, com valores de participação

muito altos em predisposição a participar de internas abertas -60.5%- e iniciativas populares -56.5%-.

**SI TUVIERA OPORTUNIDAD O FUERA INVITADO,
PARTICIPARÍA EN...**
SEGÚN PAÍS - En porcentajes

	ARGENTINA	BOLIVIA	COSTA RICA	CHILE	MEXICO	PERU	REP. DOMIN.	BRASIL
Internas Abiertas	36.4	62.9	49.2	45.7	47.6	61.2	60.5	45.4
Iniciativa Popular	37.1	61.6	49.1	40.0	50.9	58.6	56.5	51.5
Audiencias Públicas	34.6	51.9	44.6	33.6	47.7	56.2	44.5	48.1
Presupuesto Participativo	31.0	54.1	44.0	38.0	46.2	52.8	52.9	44.8
Alguna otra Actividad cívica	34.0	60.5	55.2	40.4	54.6	61.0	53.0	42.3

Base: Total entrevistados

3. SIGNIFICADO E MOTIVOS DE PARTICIPAÇÃO

O estudo além de perguntar por aqueles indicadores que faziam a construção do IPC aprofundou-se nas diferentes concepções que as sociedades têm sobre a idéia da participação.

Que significa “Participar” segundo país – em porcentagens

	ARGENTINA	BOLIVIA	COSTA RICA	CHILE	MEXICO	PERU	REP. DOMIN.	BRASIL
Envolver-se, interessar-se, comprometer-se	49.9	49.7	37.4	49.0	53.3	42.7	56.9	61.0
Ajudar, colaborar, cooperar	30.9	38.2	46.4	39.2	57.4	47.7	69.9	70.2
Ser útil, tomar responsabilidades	9.4	11.7	10.3	10.4	27.7	8.7	14.2	55.1
Fazer algo do qual gosto	6.4	7.8	7.2	4.9	9.8	3.5	6.6	30.5
Informar-se	4.1	2.6	1.3	2.7	8.7	2.1	5.0	23.1
Manifestar, reclamar	10.3	9.7	7.6	10.9	8.4	9.0	2.3	27.2
Procurar soluções	7.8	4.3	3.5	3.1	5.0	5.2	11.6	0.4
Integrar um grupo, unir-se	16.7	26.6	27.9	24.6	13.1	25.9	37.0	0.6
Outros	1.1	1.1	0.7	0.5	0.1	0.7	0.5	0.0
Não sabe/ não responde	7.4	1.9	3.3	7.1	4.8	2.4	1.9	9.7

Base: Total entrevistados

No caso do Brasil, "Ajudar, colaborar e cooperar" -70.2- reflete de melhor maneira a idéia de participação, seguida da idéia de "Envolver-se, interessar-se e comprometer-se" 61.0. Esta ordem se repete em República Dominicana, México, Costa Rica e em menor medida no Peru. Em troca em sociedades como a Argentina -49.9-, Bolívia-49.7- e Chile- 49.0-, é esta segunda opção a que predomina.

A idéia de "Integrar um grupo ou unir-se" é reconhecida como importante no caso República Dominicana, Costa Rica, Bolívia, Chile e Peru, e virtualmente não é

mencionada no Brasil, ou apresenta uma menor quantidade de menções na Argentina.

A razão mencionada em primeiro lugar pela que se acredita que as pessoas não participam, é na maior parte dos países a "Falta de tempo". Seguidas em pela "Desconfiança" e a "Falta de Informação".

Razões pelas que acredita que as pessoas não participam

– segundo país – em porcentagens

	ARGENTINA	BOLIVIA	COSTA RICA	CHILE	MEXICO	PERU	REP. DOMIN.	BRASIL
Desconfiança, descrédito	31.9	18.5	21.8	25.6	31.9	15.4	35.7	46.9
Medo	9.4	10.4	5.9	8.6	24.0	6.5	14.9	25.0
Acredita que não pode ajudar	6.3	7.1	7.6	8.3	16.5	5.4	13.7	30.7
falta de informação	16.1	22.8	15.0	22.8	21.8	20.3	23.0	60.3
falta de tempo	32.1	41.6	33.9	33.1	41.7	40.7	43.5	73.8
problemas econômicos	6.7	6.7	4.8	5.0	4.3	11.0	4.6	16.9
problemas pessoais	6.9	6.8	4.7	6.8	4.3	8.4	6.0	30.2
falta de organização capacitação	4.6	8.4	6.7	6.0	5.3	5.1	7.1	
falta de interesse	16.2	13.9	22.3	13.8	17.9	13.7	11.8	
falta de atrativo	6.8	5.7	10.3	9.8	8.0	6.5	14.3	
prefere outras atividades	3.3	3.7	5.5	3.9	2.3	5.9	4.4	0.3
são atividades políticas	6.2	6.8	6.0	3.4	3.3	3.6	2.6	
por egoísmo, individualismo	5.4	5.0	5.3	6.7	3.4	7.3	2.8	
outros	0.4	0.9		0.8		1.0	0.2	
não sabe/ não responde	6.8	2.2	3.0	3.8	3.3	2.2	2.9	3.7

Base: Total entrevistados

Esta falta de tempo, é a principal razão o Brasil, com 73.8 da população indicando esta razão como a principal. No resto dos países não alcança níveis tão altos - entre o 30 e 40 por cento da população. Na Argentina se soma a este fator o alto nível da descrença e a desconfiança -31.9- ao igual que no México -31.9- e em República Dominicana -35.7-. É de destacar a menção ao medo no México por um 24.0 da população.

Analisando as razões pelas que se acredita que as pessoas participam, preponderam na Argentina e Bolívia idéias menos altruístas, como as de "interesse pessoal" e "as motivações econômicas". Em troca, em países como o Brasil e México, esta idéia está associada a "diversão e tempo livre", enquanto que "A vocação", reflete em maior medida a idéia predominante em República Dominicana.

4. DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Um dos aspectos destacáveis do IPC é aquele que permite estabelecer o vínculo existente entre nível e qualidade da participação em relação à defesa, promoção ou apego à democracia como forma de governo. Em tal sentido, como poderá observar-se no próximo gráfico, em todos os países estudados, os níveis de participação ascendem em forma considerável quanto maior for a proximidade em relação aos valores democráticos.

Em todos os países estudados entre quem se encontra próximos à democracia, os níveis de participação altos e ótimos se duplicam ou inclusive triplicam em relação àqueles que se manifesta longínquos.

Conceitos como estabilidade econômica e governabilidade desafiam as capacidades do sistema democrático por dar respostas em sua atuação concreta, em tanto que deve responder em que medida cumpre as funções básicas de um governo, e satisfaz as expectativas da maioria dos membros de uma sociedade.

O teste que aplicado pelo IPC, para avaliar estas expectativas e valorações, está inspirado no utilizado pelo IDE-Latinobarómetro, sobre o qual se realizou a seguinte análise de correspondência:

Nos quadrantes menos democráticos (Oeste) do Gráfico 17, encontramos à Argentina e Bolívia. Pelo contrário seguindo as afirmações democráticas 2 e 6 neste quadrante, encontramos a Costa Rica e Brasil. México, Peru e Chile, localizam-se no centro, eqüidistantes entre os extremos.

Finalmente, de considerá-las atividades cidadãs que se associam em forma positiva ou negativa com a valoração da democracia, observam-se interessantes particularidades de acordo ao país estudado:

Na Argentina, Chile, Costa Rica e México não se registram participações em atividades que enfatizem uma valoração negativa da democracia por sobre seus aspectos positivos.

Na Bolívia, em troca, entre quem participa em atividades comunais e sindicais a valoração da democracia tende a ser negativa. O mesmo acontece no Brasil com a participação política ou no Peru e República Dominicana com a atividade sindical.

Os países com maior quantidade de atividades onde predomina uma valoração positiva da democracia são Costa Rica, México e Chile. No primeiro caso, todas as atividades registradas, com exceção das esportivas, têm uma correlação positiva com a valoração da democracia. No México acontece o mesmo com todas as atividades excluindo as esportivas e educativas. No Chile, por sua parte, todas as atividades à exceção das cívicas, sindicais e educativas se relacionam positivamente com a democracia. Ao mesmo tempo, como já foi dito, nenhum dos três países exibe atividades associadas a uma valoração negativa da democracia.

PAÍS	CORRELAÇÃO POSITIVA COM VALORAÇÃO DA DEMOCRACIA	CORRELAÇÃO COM A VALORAÇÃO DA DEMOCRACIA	CORRELAÇÃO NEGATIVA COM VALORAÇÃO DA DEMOCRACIA
ARGENTINA	Políticas, Educativas, Culturais, Comunais, Manifestações	Cívicas, Religiosas, Esportivas, Assistenciais, Sindicais	Não se registram
BOLÍVIA	Políticas, Cívicas, Religiosas, Assistenciais, Educativas	Esportivas, Culturais, Manifestações	Comunais, Sindicais
BRASIL	Cívicas, Religiosas, Comunais, Esportivas, Assistenciais, Sindicais, Educativas	Manifestações, Culturais	Políticas
CHILE	Políticas, Religiosas, Comunais, Esportivas, Assistenciais, Culturais, Manifestações	Cívicas, Sindicais, Educativas	Não se registram
COSTA RICA	Políticas, Cívicas, Religiosas, Comunais,	Esportivas	Não se registram

	Assistenciais, Sindicais, Educativas, Culturais, Manifestações		
MEXICO	Políticas, Cívicas, Religiosas, Comunais, Assistenciais, Sindicais, Culturais, Manifestações	Esportivas, Educativas	Não se registram
PERU	Cívicas, Assistenciais, Educativas, Manifestações	Políticas, Religiosas, Comunais, Culturais, Esportivas	Sindicais
REPÚBLICA DOMINICANA	Políticas, Assistenciais	Cívicas, Religiosas, Esportivas, Educativas, Comunais	Sindicais, Culturais, Manifestações

COMENTÁRIOS FINAIS

América Latina enfrenta desafios profundos, de importância inédita. Além dos fatores que condicionam seu subdesenvolvimento social e econômico relativo, o mal não está unicamente em suas dificuldades para definir e implementar processos de desenvolvimento sustentado. Uma evidência incontestável sugere a importância da crise de suas instituições.

Os desafios incluem ao mesmo tempo consolidação do sistema democrático e superação de níveis de desigualdade e exclusão social incompatíveis com qualquer tipo de sociedade desenvolvida.

O Índice de Participação Cidadã, já em sua segunda edição, deixou atrás sua função originária de mero diagnóstico ou fotografia descritiva. Sendo que agora é uma ferramenta efetiva de diagnóstico que tende a converter-se em uma medida permanente dos avanços da Região, um indicador de fortalezas e de oportunidades, mas também de fraquezas e ameaças para as instituições democráticas da região. Em seus termos atuais, procura oferecer uma base de dados pública de grande valor metodológico para os investigadores e os formadores de decisões em matérias vinculadas ao desenvolvimento social, sintetiza resultados obtidos a partir de uma pesquisa de oito mil casos de estudo em oito países da América Latina, com mais de 100 variáveis para analisar.

O resultado é um mapa novo de características interativas, desenvolvido em conjunto por todos aqueles das organizações da sociedade civil procuram novos caminhos e estratégias de desenvolvimento que reflitam os interesses dos cidadãos. É o mapa da sociedade civil que se mobiliza e desenvolve, sob novos valores e formas de compreensão do mundo e em busca sempre de novos objetivos e instâncias de participação.

Fundação de Investigações Econômicas e Sociais

Buenos Aires, Argentina, Setembro de 2005

BIBLIOGRAFIA

Almond, G.A. y Verba, S. *The Civic Culture*, Princeton University Press, 1963.

Andrenacci, L. (2002). *Cuestión social y política social en el Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Ed. Al Margen. Universidad Nacional de General Sarmiento.

Anheier, H., Glasius, M. y Kaldor, M. (Eds.). Aronson, D. R. 1995. *Participation in Country Economic and Sector Work*. Documentos del Departamento del Medio Ambiente No. 006. World Bank, Washington, D.C.

Ayala Espino, J. 2003. *Instituciones para mejorar el desarrollo. UN nuevo pacto social para el crecimiento y el bienestar*,. México: Fondo de Cultura Económica.

Banco Interamericano de Desarrollo. *América Latina frente a la desigualdad*. Informe sobre el Progreso Económico y Social en América Latina 1998/1999. Washington DC: BID.

Bain, K and Hicks, N. 1998. *Building Social Capital and Reaching out to Excluded Groups: the Challenge of Partnerships*. Reunión del CELAM *The Struggle Against Poverty Towards the Turn of the Millennium*, Abril 21-22. Washington, D.C.

Baron, S., Field, J. y Schuller, T. (Eds.). 2000. *Social capital. Critical perspectives*. Oxford: Oxford University Press.

Batstone, d. y Mendieta, E. (Ed). 1999. *The good citizen..* Londres: Routledge.

Bebbington, A. 1997. *Social Capital and Rural Intensification: Local Organizations and Islands of Sustainability in the Rural Andes*. *Geographical Journal* 163(2): 189-197.

Beck, U. y Beck-Gernsheim, E. 2004. *La individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Buenos Aires: Paidós.

Bellah, R.N. 1975. *The broken covenant. American civil religion in time of trial*. Chicago: The University of Chicago Press.

Bellah, R.N. et al. 2 nd Ed. 1996. *Habits of the heart. Individualism and commitment in american life*. Berkeley: University of California Press.

Bok, S. 1995. *Common Values* Columbia: University of Missouri Press.

- Bowles, S. 1999. *Social Capital and Community Governance*. Focus 20(3): 6-10.
- Braiwaithe y Levi, M. (Eds). *Trust and Governance*. N. York: Russell Sage Foundation.
- Bratton, M. 1990. *Non-Governmental Organizations in Africa: Can they Influence Policy?* Development and Change 21(1).
- Brehm, J. y Rahn, W. 1997. *Individual-Level Evidence for the Causes and Consequences of Social Capital*. American Journal of Political Science.
- Brown, L.D. and Ashman, D. 1996. *Participation, social capital and intersectoral problem solving: African and Asian Cases*, *World Development*, 24(9), 1467-1479
- Burki, Sh. y Perry, G.. 1998. *Beyond the Washington Consensus: Institutions Matter*. World Bank. Washinton DC.
- Bustelo, E. y Minujun, A. (Eds.). 1998. *Todos entran. Propuestas para sociedades influyentes*. Buenos Aires: UNICEF.
- Bustelo, E. 2000. *De otra manera. Ensayos sobre política social y equidad*. Buenos Aires: Homo Sapiens
- Calderón, F. G. et al., eds. 1989. *Descentralización y democracia: Gobiernos locales en América Latina*. Santiago: CLACSO/SUR/CEUMT.
- Carrion, D. et. Al. 1986. *Ciudades en conflicto: poder local, participación popular y planificación en las ciudades intermedias de América Latina*. Quito: Editorial El Conejo.
- Carroll, Th. 1992. *Intermediary NGOs: The Supporting Link in Grassroots Development*. Kumarian Press: West Hartford.
- Castells, M. 1983. *The City and the Grassroots: A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements*. Berkeley: University of California Press.
- Castaño, G y Toribio R. 2004 *Democracia, Partidos Políticos y Sociedad Civil*. RID. <http://www.redinter.org/docs/democracia-ppysc.doc>

CIPPA. Centro de Investigaciones sobre Pobreza y Políticas Sociales en la Argentina. SIF. *El país de los excluidos. Crecimiento y heterogeneidad de la pobreza en el Conurbano Bonaerense*. Buenos Aires: CIPPA.IAF

Coleman, J. 1990. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Mass. Harvard University Press.

Collier, P. y Gunning, J. 1999. *Explaining African Economic Performance*. Journal of Economic Literature 37: 64-111.

Couto, R.A. y Guthrie, C.S. 1999. *Making democracy work better. Mediating structures, social capital and the democratic prospect*. Chapel Hill: The University of North Carolina.

Cuello, Raul E. 1998. *Política económica y exclusión social*. Buenos Aires: Macchi

Dahl, R.D. 1990. *Social reality and "Free Markets*. Dissent (spring): 224-228.

Dahl, R.D. 1998. *On Democracy*. New Haven : Yale University Press.

Dasgupta, P. y Serageldin, I. (Eds.) . 2000. *Social Capital. A multifaceted perspective*. World Bank : Washington DC.

De Ferranti, D. Perry, G., Ferreira, F.H., Walton, M. (Eds). 2004. *Inequality in Latin America. Breaking with history?.* World Bank. Washington DC.

De Miguel, A. 1998. *Opinión Pública y coyuntura económica*. Madrid: Instituto de Estudios Económicos.

Diamond, L., Linz, J., and Lipset, S.M. . 1989. *Democracy in Developing Countries: Latin America*. Boulder, Colo.: Lynne Rienner

Easterly, W. 2000. *Happy Societies: The Middle Class Consensus and Economic Development*. Development Research Group. World Bank, Washington, D.C.

Edwards, M. and D. Hulme. 1994. *Making a Difference: NGOs and Development in a Changing World*, Earthscan/SCF: London.

Evans, Peter. 1996. *Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy*. World Development 24(6): 1119-32.

- Evans, P. B. et al., eds. 1985. *Bringing the State Back In*. Cambridge University Press
- Filmus, D. et. alt. 1997. *El Perfil de las ONGs en la Argentina*. FLACSO/Banco Mundial.
- FINES. El capital social en la Argentina, 2004- www.fundacionfines.com.ar
- Florini, A. 2003. *The coming democracy. New rules for running a new world*. Washington: Island Press.
- Fowler, A. 1993. *Non-Governmental Organizations as Agents of Democratization: An African Prospective*. *Journal of International Development* 5(3): 325-39.
- Fox, J. (1996). "How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico," *World Development*, 24(6), 1089-1103
- Friedman, J. 1992. Empowerment: "*The Politics of Alternative Development*." Cambridge , Massachusetts
- Fukuyama, F. 1995. *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. London: Penguin.
- Fukuyama, F.: 2000. *The great disruption. Human nature and the reconstruction of social order*. New York: Simon & Schuster.
- Fukuyama, f. 2004. *State-Building. Governance and World Order in the 21 st. Century*. Ithaca: Cornell University Press.
- Gamillo G y Tabeada J. ***Una nueva relación entre partidos políticos y organizaciones de la sociedad civil***. IV Reunión anual del Foro Interamericano sobre partidos políticos Organización de los Estados Americanos. Brasilia, Brasil, 9 – 11 de noviembre de 2004. <http://www.redinter.org/docs/seridbrasilia.doc>
- Gittel, R. y Vidal, A. 1998. *Community Organizing Building Social Capital as a Development Strategy*. Newbury Park, Calif. Sage Publication
- Glaeser, E., Liabson, D. y Sacerdote, B. 2000. *The Economic Approach to Social Capital*. NBER Working Paper 7728. National Bureau of Economic Research, Cambridge, Mass.
- Gonzalez Bombal, I. (Comp.). 2004. *Fortaleciendo la relación Estado-Sociedad Civil para el Desarrollo local*. Buenos Aires: CEDES/CENOC/Universidad Nacional General Sarmiento.

Gonzalez Bombal, I. (Comp.) 2003. *Nuevos movimientos sociales y ONG´s en la Argentina de la crisis*. Buenos Aires: CEDES.

Gonzalez Bombal, I. Y Villar, R. (Comp.) 2003. *Organizaciones de la Sociedad Civil e incidencia en políticas publicas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal.

Grootaert, C. 1997. *Social Capital: The Missing Link?* Chapter 6 en: *Expanding the Measure of Wealth-Indicators of Environmentally Sustainable Development*, Washington, DC: World Bank.

Grootaert, C. 1999. *Does social capital help the poor? A synthesis of findings from the local level institutions studies in Bolivia, Burkina Faso and Indonesia*. World Bank, Social Development Department, Washington D.C.

Grootaert, C. 1999. *Social capital, household welfare and poverty in Indonesia*. Local Level Institutions Working Paper No. 6, World Bank, Washington D.C.

Grootaert, C y Narayan, D. 2000. *Local Institutions, Poverty and Household Welfare in Bolivia*. Local Level Institutions. Documento de trabajo 9. World Bank, Social Development Department, Washington, D.C.

Grootaert, C, Oh, G.T. , y Swamy, A. . 1999. *Social Capital and Development Outcomes in Burkina Faso*. Social Documento de trabajo del Departamento de Desarrollo 7. World Bank, Washington, D.C.

Grootaert, Ch. y Van Bastelaer, T. 2002. *Understanding and measuring social capital. A multidisciplinary tool for practitioners*. World Bank: Washington DC.

Grootaert, C., Narayan, D., Nyhan Jones, V. y Woolcock, M. 2004. *Measuring Social Capital. An Integrated Questionnaire*. World Bank, Wahington DC.

Hadenius, A. y Ugglá, F. (1996). *Making civil society work, promoting democratic development: what can states and donors do?* World Development, 24(10), 1621-1639.

Harding, R. 2002. *Trust and Trustworthiness*. N. York: Russell Sage Foundation.

Hooghe, M. y Stolle, D. 2003: *Generating social capital. Civil society and institutions in comparative perspective*. Londres: Palgrave.

Isham, J. . 1999. *The Forgotten Rationale for Policy Reform: The Productivity of Investment Projects*. Quarterly Journal of Economics 114(1): 149-84.

Isham, J, Narayan, D y Pritchett, L. 1995. *Does Participation Improve Performance? Establishing Causality with Subjective Data*. The World Bank Economic Review 9(2): 175-200.

Isham, J., Kauffman, D and L. Pritchett. 1995. *Governance and Returns to Investment: An Empirical Investigation*. Policy Research Working Paper 1550. World Bank. Washington, D.C.

Kaufman, D., Kraay, A. y Zoido-Lobaton, P. . 1999. "Governance Matters." Policy Research Working Paper 2196. World Bank. Washington, D.C.

Kaviraj, s. y Khilnani, S. (Ed.). 2001. *Civil society. History and possibilities*. Cambridge: Cambridge University Press.

Keane, J. 2003. *Global civil society?*Cambridge: Cambridge University Press.

Kesselman, M., and Rosenthal, D. 1974. *Local Power and Comparative Politics*. Beverly Hills: Sage

Klikberg, B. 1999. *Capital Social y Cultura: Claves Esenciales del Desarrollo*. Revista de la CEPAL 69: 85-102.

Klikberg, B. y Tomassini, L.. (Eds.). 2002. *Capital social y cultura: claves estrategicas para el desarrollo*. Mexico: BID/ Fundacion Felipe Herrera/Universidad de Maryland/Fondo de Cultura Económica.

Knack, S. y Keefer, Ph. 1995. *Institutions and Economic Performance: Cross-Country Tests Using Alternative Institutional Measures*. Economics and Politics 7: 207-27.

Krishna, Anirudh and Elizabeth Shrader. 1999. *Social Capital Assessment Tool*. Social Capital Initiative Working Paper 22. Social Development Department. World Bank, Washington, D.C.

Ladd, E.C. & Bowman, K.H. 1996. *Public opinion in America and Japan. How we see each other and ourselves*. Washington DC: The AEI Press.

Ladd, E.C. 1999. *The Ladd Report*. N. York: The Free Press.

Landim, Leilah. 1988. *Non-Governmental Organizations in Latin America*. World Development 15(supplement):29-38.

Lane, R.E. 2000. *The loss of happiness in market democracies*. New Haven: Yale University Press.

Lederman, Daniel, Loayza, N. y Menéndez, A.M. 1999. *Violent Crime: Does Social Capital Matter?* World Bank, Washington, D.C.

Lesser, E. 2000. *Knowledge and social capital. Foundations and applications*. Boston: Butterworth-Heinemann.

Lin, N. 2002. *Social capital. A Theory of social structure and action*. Cambridge University Press.

Lipset, S.M. y Schneider, W. 1983. *The confidence gap. Business, labor and government in the public mind*. N. York: The Free Press.

Lipset, S.M. 1996. *American exceptionalism. A double-edged sword*. . N. York: W.W. Norton.

McLean, S., Schultz, D. A. y Steger, M. (Eds.) 2002. *Social Capital. Critical perspectives on community and "Bowling alone"*. N. York: N. York University Press.

Moser, C. 1996. *Confronting Crisis: A Comparative Study of Household Responses to Poverty and Vulnerability in Four Poor Urban Communities*. Environmentally and Socially Sustainable Development Studies and Monographs Series 8. World Bank, Washington, D.C.

Narayan, D. 1999. *Bonds and Bridges: Social Capital and Poverty*. Documento de trabajo de investigación sobre políticas 2167. World Bank, Washington, D.C.

Narayan, D. 2000. *Can Anyone Hear Us? Voices of the Poor*. World Bank, Washington, D.C.

Narayan, D. and Pritchett, L. 1999 *Cents and sociability: household income and social capital in rural Tanzania*. Economic Development and Cultural Change vol. 47 no. 4 pp. 871-897.

Narayan, D. , Chambers, R. Shah, M. and Petesch, P. 1999. *Global Synthesis: Consultations with the poor*. Documento presentado en el taller Global Synthesis, Poverty Group, 22-23 de septiembre, Washington, D.C.

North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Núñez del Arco, J. (Ed.). 1995. *Políticas de ajuste y pobreza. Falsos dilemas, verdaderos problemas*. Washington DC: Banco Interamericano de Desarrollo

Olson, M. (1982). *The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation and Social Rigidities*. New Haven, Conn.: Yale University Press.

Olson, M. 2000. *Power and prosperity. Outgrowing communist and capitalist dictatorships*. N. York: Basic Books.

Pharr, S. y Putnam, R.D. (Ed.). 2000. *Dissaffected democracies. What's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press.

Portes, A. 1998. *Social Capital: Its Origins and Applications in Contemporary Sociology*. Annual Review of Sociology 24: 1-24.

Portes, A. y Landolt, P.. 1996. *The Downside of Social Capital*. The American Prospect 26: 18-21, 94.

PNUD. Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo. *Indice de desarrollo de la sociedad civil de Argentina. Total Pais*. 2004. Buenos Aires: PNUD/BID!GADIS.

PNUD. Programa De Naciones Unidas para el Desarrollo. *Informe sobre Desarrollo Humano 2004*. Madrid. PNUD Mundi Prensa.

PNUD. La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. - 2a ed. - Buenos Aires , Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2004.

Przeworski, A. 1991. *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press

Putnam, R. D. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Putnam, R. D. 1999. *Bowling alone. The collapse and revival of American Community*. N. York: Simon & Schuster.

Putnam, R.D. (Ed.) 2002. *Democracies in flux. The evolution of social capital in contemporary societies*. Oxford: Oxford University Press.

Putnam, R.D. y Feldstein, 2003. L.M. *Better together. Restoring the american Community.*. N. York: Simon & Schuster.

Rodrik, D. 1999. *Institutions for High-Quality Growth: What They Are and How to Acquire Them.* NBER Working Paper 7540. National Bureau of Economic Research, Cambridge, Mass.

Rubio, M. 1997. *Perverse Social Capital: Some Evidence from Colombia.* Journal of Economic Issues 31(3): 805-16.

Seligman, Adam. 1997. *The Problem of Trust.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

Serageldin, Ismail and Christiaan Grootaert. 2000. *Defining Social Capital: An Integrating View.* En: Partha Dasgupta and Ismail Searageldin, eds., *Social Capital: A Multifaceted Perspective.* Washington, D.C.: World Bank

Schafft, K. and Brown, D. 2000. *Social capital and grassroots development: the case of Roma self-governance in Hungary.* *Social Problems*

Skocpol, Th.. 1996. *Unraveling from Above. The American Prospect* 25.

Skocpol, Th. y Fiorina, M.P. (Eds.) 1999. *Civic engagement in American Democracy.* Washington: The Brookings Institution/ Russell Sage Foundation.

Smith, Rogers. M. 2003. *Stories of peoplehood. The politics and morals of political membership.* Cambridge: Cambridge University Press.

Tendler, J. y Freedheim, S. . 1994. *Trust in a rent-seeking world: health and government transformed in Northeast Brazil.* *World Development* 22(12): 1771-91.

Tendler, J. 1997. *Good Government in the Tropics.* Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Thompson, A. . 1997. *Non-governmental organizations and philanthropy in Latin American: An overview.* *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organization* V.8, No.4 pp.337-350.

Thompson, A. 1997. *Non-governmental organizations and philanthropy: the case of Argentina.* V.8, *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organization*, No.4 pp.401-471

Thompson, A. 1995. *Público y Privado: Las Organizaciones sin fines de lucro en la Argentina*. Buenos Aires, Argentina.

Tokman, V. E. y O'Donnell, G. 1998. *Poverty and Inequality in Latin America: Issues and New Challenges*. South Bend, IN: University of Notre Dame Press.

Tulchin, J.S. y Garland, A.M. (Eds.) 2000. *Social development in Latin America. The politics of reform*. Boulder: Lynne Rienner.

Uphoff, N. 1984. *Local Organizations: Intermediaries in Rural Development*. Ithaca: Cornell University Press.

Varshney, A. 1999. *Democracy and Poverty*. Documento de información básica para el *World Development Report 2000/2001*. World Bank, Washington, D.C.

Vazquez Barquero, A. y Madoery, O (Comp.) 2001. *Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local*. Buenos Aires: Homo Sapiens.

Warren, M.E. (Ed.) 1999. *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press.

Warren, M. 2001. *Democracy and Association*. Princeton: Princeton University Press.

Whitman, D. 1998. *The optimism gap*. . N. York: Walker & Co.

Woolcock, M. 1998. *Social Capital and Economic Development: Toward a Theoretical Synthesis and Policy Framework*. *Theory and Society* 27(2): 151-208.

Woolcock, M. y Narayan, Deepa, 2000. *Social Capital: Implication for Development Theory Research and Policy*. *The World Bank Research Observer*, vol. 15 No.2 pp.225-249

World Bank. 2000. *A Toolkit for Measuring Social Capital* Poverty Reduction and Economic Management Division. Washington, D.C.

World Bank. 2000. *Poor People in a Rich Country: A Poverty Report for Argentina* Poverty Reduction and Economic Management Division. Washington, D.C.

World Bank. 2000. *Attacking poverty. World Development Report 2000/2001*. Washington , D.C.

World Bank. 2000. *Building institutions for markets. World Development Report 2002*. Washington , D.C.